



Município de Antônio Prado
Secretaria Municipal da Administração

PROCESSO Nº 032/2024

PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2024

AVISO

Torna-se público que o MUNICÍPIO DE ANTÔNIO PRADO, por meio da Secretaria Municipal da Administração, Departamento de Compras e Licitações, situada na Rua Francisco Marcantônio, nº 57, Bairro Centro, CEP 95.250-000, Centro Administrativo Municipal, em Antônio Prado, RS, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **PRESENCIAL**, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

O presente edital tem a finalidade de selecionar propostas para **contratação de pessoa jurídica para prestação de serviço de instrutor habilitado para atuar em oficinas pedagógicas para os alunos das escolas municipais e oficinas socioeducativas para usuários do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes**, especificado no **Anexo I** – Formulário Padrão para Preenchimento de Proposta e **Anexo II** – Termo de Referência, tudo conforme este edital, seus anexos e o Estudo Técnico Preliminar – ETP, que fazem parte integrante deste processo.

A abertura desta licitação ocorrerá no dia **11 de março de 2024, às 09 horas**, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal, quando os interessados deverão apresentar os envelopes nº 01 – Propostas de Preços e nº 02 – Documentos de Habilitação ao Pregoeiro.

O edital completo poderá ser obtido pelos interessados na Secretaria Municipal da Administração, de segunda-feira a sexta-feira, no horário das 8h às 11h45min e das 13h15min às 17h30min, ou pelo site <https://www.antonioprado.rs.gov.br/> e, quaisquer dúvidas, contatar pelo telefone (54) 3293 5604.

Antônio Prado/RS, 26 de fevereiro de 2024.

ROBERTO JOSÉ DALLE MOLLE
PREFEITO MUNICIPAL



Município de Antônio Prado
Secretaria Municipal da Administração

PROCESSO Nº 032/2024

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2024

Torna-se público que o MUNICÍPIO DE ANTÔNIO PRADO, por meio da Secretaria Municipal da Administração, Departamento de Compras e Licitações, situada na Rua Francisco Marcantônio, nº 57, Bairro Centro, CEP 95.250-000, Centro Administrativo Municipal, em Antônio Prado, RS, realizará licitação, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1 – DO OBJETO

1.1. O presente edital tem a finalidade de selecionar propostas para futura e eventual **contratação de pessoa jurídica para prestação de serviço de instrutor habilitado para atuar em oficinas pedagógicas para os alunos das escolas municipais e oficinas socioeducativas para usuários do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes**, especificado no **Anexo I** – Formulário Padrão para Preenchimento de Proposta e **Anexo II** – Termo de Referência, tudo conforme este edital, seus anexos e o Estudo Técnico Preliminar – ETP, que fazem parte integrante deste processo.

1.2. A forma como a licitação está dividida pode ser verificada no **Anexo II** – Termo de Referência deste Edital.

2 – DO LOCAL, DATA E HORÁRIO DA SESSÃO PÚBLICA

2.1. A abertura desta licitação ocorrerá no dia **11 de março de 2024, às 09 horas**, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal, no endereço supracitado, quando os interessados em participar da sessão de lances deverão se fazer presentes.

3 – DA FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

3.1. A licitante vencedora será selecionada por meio de realização de procedimento de licitação, na modalidade PREGÃO, sob a forma PRESENCIAL, com lances pelo PREÇO UNITÁRIO DO ITEM, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO, no modo de disputa ABERTO.

4 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar deste certame os interessados:

- a) que apresentarem o ramo pertinente ao objeto desta contratação no seu objeto social;
- b) que atendam a todas as condições deste Edital e seus anexos.

4.1.1. O **Anexo II** – Termo de Referência indicará, se for caso, para quais itens a participação será exclusiva para microempresas e/ou empresas de pequeno porte e/ou microempreendedores individuais, nos termos do art. 48 da Lei Complementar Federal nº 123/2006.



Município de Antônio Prado
Secretaria Municipal da Administração

4.1.1.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e/ou empresas de pequeno porte e/ou microempreendedores individuais que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

4.1.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e/ou empresas de pequeno porte e/ou microempreendedores individuais e, quando for o caso, as equiparadas, nos limites previstos na Lei Complementar Federal nº 123/2006 e para as sociedades cooperativas mencionadas no art. 16 da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.2. Não poderão disputar esta licitação:

- a)** aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- b)** autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- c)** empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- d)** pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- e)** aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- f)** empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404/1976, concorrendo entre si;
- g)** pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- h)** agente público do órgão ou entidade licitante;
- i)** pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

4.2.1. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público da Administração, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei Federal nº 14.133/2021.



Município de Antônio Prado
Secretaria Municipal da Administração

4.2.2. O impedimento de que trata a alínea “d” será também aplicado à licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica da licitante.

4.2.3. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a licitante a que se referem nas alíneas “b” e “c” poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

4.2.4. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

4.2.5. O disposto nas alíneas “b” e “c” não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

4.2.6. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.2.7. A vedação de que trata a alínea “h” estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

5 – DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES E DO CREDENCIAMENTO

5.1. Deverão ser entregues ao Pregoeiro, no Departamento de Compras e Licitações, até a data, horário e endereço referidos acima, 2 (dois) envelopes com as seguintes indicações externas:

No primeiro envelope
Ao Município de Antônio Prado/RS
Departamento de Compras e Licitações
Pregão Presencial nº 005/2024
Envelope nº 1 – PROPOSTA DE PREÇOS
Abertura: (dia, mês, ano e horário)
Licitante: (denominação social completa da empresa e nº do CNPJ)

No segundo envelope
Ao Município de Antônio Prado/RS
Departamento de Compras e Licitações



Município de Antônio Prado
Secretaria Municipal da Administração

Pregão Presencial nº 005/2024

Envelope nº 2 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Abertura: (dia, mês, ano e horário)

Licitante: (denominação social completa da empresa e nº do CNPJ)

5.2. Será admitido o encaminhamento dos envelopes antecipadamente, mediante recebimento no Departamento de Compras e Licitações, desde que entregues de segunda a sexta-feira, em dias úteis, até a data e o horário estabelecidos para a sessão pública de abertura dos envelopes de proposta e documentação.

5.2.1. Nessa hipótese, os dois envelopes devidamente identificados deverão ser acondicionados em invólucro único, endereçado diretamente ao Pregoeiro, com a seguinte identificação:

AO PREGOEIRO DO MUNICÍPIO DE ANTÔNIO PRADO/RS

PREGÃO PRESENCIAL Nº XXXX/XXXX

SESSÃO EM XX/XX/XXXX, ÀS XX HORAS

MUNICÍPIO DE ANTÔNIO PRADO/RS

Rua Francisco Marcantônio, nº 57

CEP 95.250-000 – Antônio Prado – RS

5.2.2. Além dos envelopes de proposta e habilitação, deverá ser encaminhada a documentação referente ao credenciamento da licitante, para que possa ser identificada a licitante que pretende participar do certame, pré-requisito imprescindível ao credenciamento tendo em vista a utilização do sistema de gestão que realiza a modalidade pregão.

5.2.3. Os envelopes que não forem entregues nas condições acima estipuladas não gerarão efeitos como proposta, ficando a Administração isenta de qualquer responsabilidade sobre o não recebimento dos mesmos.

5.3. Para o Credenciamento

5.3.1. A licitante que se fizer presente na sessão, deverá se credenciar junto ao Pregoeiro mediante **somente um** representante legal, conforme instruções abaixo.

5.3.2. Apresentar o comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), para fins de cadastramento da licitante junto ao sistema de gestão da Administração.

5.3.3. O Credenciamento do representante legal da licitante deverá obedecer a seguinte forma:

I – Caso o representante seja **sócio-gerente, diretor, empresário ou microempreendedor** deverá apresentar Ato Constitutivo ou Estatuto ou Contrato Social ou Registro Comercial ou CCMEI (conforme subitens 8.2.1 ou 8.2.2 ou 8.2.3 – conforme o caso) e cópia de documento de identificação, ou



Município de Antônio Prado
Secretaria Municipal da Administração

II – Carta de Credenciamento (conforme modelo do **Anexo III**) assinada pelo representante legal da licitante cuja comprovação se fará por meio da apresentação do Ato Constitutivo ou Estatuto ou Contrato Social ou Registro Comercial ou CCMEI (conforme subitens 8.2.1 ou 8.2.2 ou 8.2.3 – conforme o caso) e cópia de documento de identificação do credenciado; ou

III – Instrumento Público de Procuração, que conceda ao representante poderes legais, sendo que:

- a) se for concedido por **sócio-gerente, diretor, empresário ou microempreendedor**, esta condição deverá ser comprovada, através do Ato Constitutivo ou Estatuto ou Contrato Social ou Registro Comercial ou CCMEI (conforme subitens 8.2.1 ou 8.2.2 ou 8.2.3 – conforme o caso).
- b) se for assinada por outra pessoa que **não seja sócio-gerente, diretor, empresário ou microempreendedor**, deverá ter poderes para assinar o referido documento, sendo que a comprovação se fará por meio dos documentos que comprovem tal condição.
- c) deverá ser apresentada cópia do documento de identificação do representante autorizado na procuração.

ou

IV – Instrumento Particular de Procuração, com assinatura reconhecida em cartório, que conceda ao representante poderes legais, sendo que:

- a) se for concedido por **sócio-gerente, diretor, empresário ou microempreendedor**, esta condição deverá ser comprovada, através do Ato Constitutivo ou Estatuto ou Contrato Social ou Registro Comercial ou CCMEI (conforme subitens 8.2.1 ou 8.2.2 ou 8.2.3 – conforme o caso).
- b) se for assinada por outra pessoa que **não seja sócio-gerente, diretor, empresário ou microempreendedor**, deverá ter poderes para assinar o referido documento, sendo que a comprovação se fará por meio dos documentos que comprovem tal condição.
- c) deverá ser apresentada cópia do documento de identificação do representante autorizado na procuração.

5.4. O Credenciamento, juntamente com os documentos da sua comprovação, autenticados, não serão devolvidos e deverão ser apresentados no início da sessão pública de Pregão, fora dos envelopes de preços e da documentação.

5.5. Cada credenciado poderá representar licitantes distintas, desde que não participem do mesmo lote, ou seja, não sejam concorrentes, sob pena de desclassificação do referido lote.

5.5.1. O representante, munido de documento de identificação, deverá apresentar um credenciamento para cada licitante que irá participar do certame. Não será aceito um único credenciamento contemplando duas ou mais licitantes.



Município de Antônio Prado
Secretaria Municipal da Administração

5.6. Tanto na Credencial como no Instrumento de Procuração (Público ou Particular) deverá constar, expressamente, os poderes para formular lances, negociar preços e praticar todos os atos inerentes ao certame, inclusive interpor e desistir de recursos em todas as fases licitatórias.

5.7. Comprovação de condição de ME/EPP/MEI

5.7.1. A licitante que pretender utilizar os benefícios previstos nos artigos 42 a 45 da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, deverá apresentar **Declaração** de que se enquadra como Microempresa – ME e/ou Empresa de Pequeno Porte – EPP (modelo do **Anexo IV**), assinada por representante legal e por contador ou técnico em contabilidade da licitante **ou Declaração** de que se enquadra como Microempreendedor Individual – MEI (modelo do **Anexo V**), assinada por representante legal da licitante.

5.7.1.1. Poderá ser apresentada a **Certidão Simplificada Digital** emitida pela Junta Comercial do Estado de origem da licitante, com validade máxima de 90 (noventa) dias, para comprovação do porte da empresa, em substituição à declaração do **Anexo IV**.

5.7.1.2. A possibilidade de participação de Microempreendedor Individual – CCMEI poderá ser verificada no item 2.4.2 do **Anexo II** – Termo de Referência.

6 – DA PROPOSTA DE PREÇO

6.1. A Proposta de Preços deverá ser entregue em envelope devidamente fechado e rubricado no lacre.

6.2. A proposta deverá ser entregue em envelope lacrado e poderá ser apresentada no **Anexo I** – Formulário Padrão para Preenchimento da Proposta, devendo ser preenchida por meio eletrônico ou mecânico, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, **datada e assinada por representante legal da licitante**. A proposta deverá apresentar também a **razão social da licitante, o nº do CNPJ da licitante e o nome completo de seu signatário**.

6.2.1. No caso da licitante apresentar a proposta de preço em formulário próprio, deverá obedecer ao descritivo do lote, quanto à ordem, quantidade e características do mesmo.

6.2.2. Não será aceita proposta com valores ou quaisquer anotações preenchidas de forma manuscrita.

6.2.3. Juntamente com a proposta escrita, **PODERÁ** ser entregue mídia digital (CD, DVD ou Pen Drive) dos valores dos itens da proposta, conforme aplicativo de sistema fornecido pela Administração (Cotação.exe).

6.2.3.1. A licitante deverá baixar o sistema para cotação de preços no site da Administração https://www.antonioprado.rs.gov.br/portal.php?pagina=licitacoes_editais link “Sistema para Proposta Digital”.

6.2.3.2. A licitante após instalação do sistema “Cotação.exe” deverá baixar o arquivo para cotação dos itens deste certame “PROPOSTA DIGITAL.XML”, disponível junto aos arquivos do referido processo, e atender o disposto no Manual de Preenchimento da Proposta Digital, disponível no link: https://www.antonioprado.rs.gov.br/portal.php?pagina=licitacoes_editais, na aba “Manual de Proposta Digital”.



Município de Antônio Prado
Secretaria Municipal da Administração

6.2.3.3. Após o preenchimento dos itens do processo, com **valores unitários**, o arquivo de cotação deverá ser salvo em mídia digital (CD, DVD ou Pen Drive), e anexado junto ao envelope 01 – Propostas de Preços.

Obs.: Caso haja dúvidas quanto à instalação do sistema “Cotação.exe”, as licitantes deverão entrar em contato com a Secretaria Municipal da Administração, pelo telefone (54) 3293 5604, com Maiara, Gustavo ou Gislaine.

6.3. A licitante, para elaboração da proposta, deverá atender na íntegra o disposto no **Anexo I** – Formulário Padrão para Preenchimento da Proposta e **Anexo II** – Termo de Referência.

6.4. A proposta deverá conter **PREÇO UNITÁRIO E GLOBAL DO LOTE OFERTADO**, ou seja, a soma das multiplicações das quantidades dos itens pelos respectivos preços unitários (conforme as unidades e as quantidades mencionadas no **Anexo I**), **expresso em reais, com até 02 (duas) casas decimais para o valor global, à vista**, válido para ser praticado desde a data da apresentação da proposta até o efetivo pagamento.

6.5. Somente será admitida proposta para o quantitativo total estimado por item/lote.

6.6. As condições de prestação do referido objeto encontram-se no Termo de Referência – **Anexo II**, deste edital.

6.7. Nos preços propostos serão considerados todos os encargos previdenciários, fiscais (ICMS e outros), comerciais, trabalhistas, tributários, produtos, embalagens, fretes, seguros, tarifas, descarga, transporte, responsabilidade civil e demais despesas incidentes ou que venham a incidir sobre o objeto desta licitação.

6.8. Entende-se por encargos, referentes à proposta, os tributos (impostos, taxas), contribuições fiscais e parafiscais, os instituídos por leis sociais, emolumentos, fornecimento de mão de obra especializada, administração, lucros, equipamentos e ferramentas, transporte de pessoal, estadia, hospedagem, alimentação e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada neste edital.

6.9. Se o regime tributário da licitante implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da licitante nos últimos 12 (doze) meses.

6.10. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.11. Os preços propostos serão considerados completos e suficientes para o fornecimento e/ou a prestação dos serviços, objeto desta licitação, sendo desconsiderada qualquer reivindicação de pagamento adicional devido ao erro ou à má interpretação de parte da licitante.

6.12. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.13. Prazo mínimo de validade da proposta de 90 (noventa) dias, a contar da data designada para a entrega dos envelopes. Se na proposta não constar o prazo de validade, subentende-se 90 (noventa) dias.



Município de Antônio Prado
Secretaria Municipal da Administração

6.14. Todo e qualquer fornecimento e/ou prestação dos serviços fora do estabelecido neste edital, será imediatamente notificada à licitante vencedora que ficará obrigada a adequá-los, o que fará prontamente, ficando entendido que correrão por sua conta e risco tais adequações, sendo aplicadas, também, as sanções previstas no item 15 deste edital.

6.15. Para agilização dos trabalhos, solicita-se que as licitantes façam constar na proposta o seu endereço, e-mail e o número do telefone, conforme modelo do **Anexo I**.

6.16. Não serão levadas em consideração quaisquer vantagens não previstas neste edital.

7 – DA ABERTURA DA SESSÃO, CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO, FORMULAÇÃO DE LANCES E DESEMPATE DAS PROPOSTAS

7.1. No dia, hora e local, designados neste edital, será realizada sessão pública para recebimento das propostas e da documentação de habilitação, devendo o interessado ou seu representante legal proceder ao respectivo credenciamento, nos termos do item 5.3.

7.1.1. Decairão todos os direitos da licitante que devem ser exercidos pessoalmente, tais como, apresentar lances (inclusive quanto ao benefício de empate ficto previsto na Lei Complementar Federal nº 123/2006), esclarecer dúvidas e omissões da proposta, manifestar intenção de recurso, entre outros, caso a **licitante não enviar representante com credenciamento válido no momento da sessão pública e/ou ausentar-se da mesma a qualquer momento**.

7.2. Será desclassificada a proposta que:

- a)** conter vícios insanáveis;
- b)** não obedecer às especificações técnicas contidas no **Anexo II** – Termo de Referência;
- c)** apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- d)** não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e)** apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.3. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas, valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.4. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o subitem acima, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

- a)** que o custo da licitante ultrapassa o valor da proposta;
- b)** inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.5. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a licitante comprove a exequibilidade da proposta.



Município de Antônio Prado
Secretaria Municipal da Administração

7.6. Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

7.7. Feito o credenciamento das licitantes presentes, o Pregoeiro receberá os envelopes nº 1 – Proposta e nº 2 – Documentação e procederá à abertura de todos os envelopes contendo a proposta e classificará o autor da proposta de menor preço, e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço.

7.8. Quando não forem verificadas, no mínimo, 3 (três) propostas escritas de preços nas condições definidas no subitem anterior, o Pregoeiro classificará as melhores propostas subsequentes, até o máximo de 3 (três), para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas.

7.9. Será dado início à etapa de apresentação de lances verbais pelas licitantes, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes.

7.10. O Pregoeiro convidará, individualmente, as licitantes classificadas, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, iniciando pelo autor da proposta classificada de maior preço e as demais, em ordem decrescente de preço.

7.10.1. No caso de equivalência dos valores será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.11. Será permitido, ao representante presente, efetuar ligação telefônica para a empresa, no momento dos lances, para possibilitar uma melhor negociação de valores.

7.11.1. Não poderá ser utilizado telefone, além do citado no item acima, ou envio de mensagens durante a realização da sessão pública.

7.11.2. Uma vez que o representante da licitante, presente na sessão, é o credenciado da mesma para realizar todas as questões do certame, não pode haver interferência de pessoas não presentes na sessão que possam interferir nas decisões ali tomadas.

7.12. Os lances serão pelo **PREÇO UNITÁRIO DO ITEM**.

7.13. Em relação a itens não exclusivos para participação das beneficiárias da Lei Complementar Federal nº 123/2006, no encerramento dos lances de cada lote, será verificada a ocorrência do empate ficto, previsto no art. 44, § 2º, da Lei Complementar Federal nº 123/2006, sendo assegurado, como critério do desempate, a preferência de contratação para as Microempresas – ME e/ou Empresas de Pequeno Porte – EPP e/ou Microempreendedores Individuais – MEI, conforme o caso.

7.13.1. Entende-se como empate ficto aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas licitantes sejam superiores, em até, 5% (cinco por cento) à proposta de menor valor.

7.14. Ocorrendo empate ficto, proceder-se-á da seguinte forma:

a) a licitante beneficiada pela Lei Complementar Federal nº 123/2006 e alterações, detentora da proposta de menor valor, será convocada para apresentar, no prazo de 05



Município de Antônio Prado
Secretaria Municipal da Administração

(cinco) minutos após o encerramento dos lances, nova proposta, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame.

b) se a licitante não apresentar nova proposta inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, igual direito às demais Microempresas – ME e/ou Empresas de Pequeno Porte – EPP e/ou Microempreendedores Individuais – MEI, remanescentes, no mesmo prazo citado no subitem anterior, conforme o caso.

7.15. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado

7.15.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei Federal nº 14.133/2021, nesta ordem:

a) avaliação do desempenho contratual prévio das licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstas na Lei Federal nº 14.133/2021;

b) desenvolvimento, pela licitante, de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme previsto no Decreto Federal nº 11.430/2023;

c) desenvolvimento, pela licitante, de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.15.2. Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

a) empresas estabelecidas no território do Estado em que a Administração se localize;

b) empresas brasileiras;

c) por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei Federal nº 12.187/2009.

7.16. Definido o resultado do julgamento, a Administração poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado.

7.16.1. A negociação poderá ser feita com as demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.16.2. A negociação será conduzida pelo Pregoeiro, na forma de regulamento, e, depois de concluída, terá seu resultado divulgado a todas as licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.17. Não poderá haver desistência dos lances já ofertados, depois de abertos os envelopes nº 1 – Proposta, sujeitando-se a licitante desistente às penalidades constantes do item 15 deste edital.



Município de Antônio Prado
Secretaria Municipal da Administração

7.18. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará na exclusão da licitante da etapa de lances verbais e a manutenção do último preço apresentado pela licitante, para efeito de posterior ordenação das propostas.

7.19. Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e preço, decidindo motivadamente a respeito.

7.20. Sendo aceitável a proposta de menor preço do item/lote, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação da licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições habilitatórias.

7.21. Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, a licitante será declarada vencedora.

7.22. Se a oferta não for aceitável ou se a licitante desatender as exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes verificando a sua aceitabilidade, procedendo à habilitação da licitante, na ordem de classificação, e assim, sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora.

7.23. Todos os documentos serão colocados à disposição dos presentes para livre exame e rubrica.

7.24. Caso, excepcionalmente, seja suspensa ou encerrada a sessão antes de cumpridas todas as fases preestabelecidas, os envelopes lacrados e, devidamente, rubricados pelo Pregoeiro e pelos representantes credenciados, ficarão sob a guarda do Pregoeiro, sendo exibidos às licitantes na reabertura da sessão ou na nova sessão previamente marcada para prosseguimento dos trabalhos, na qual será recomendada a presença de todas as licitantes, **sob pena de decadência dos direitos das mesmas quanto a recursos.**

7.25. Da sessão pública será lavrada ata circunstanciada, assinada pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e por todas as licitantes presentes.

8 – DA HABILITAÇÃO

8.1. Para habilitação, deverá a licitante apresentar, no envelope nº 02 – Documentos de Habilitação, os documentos abaixo discriminados.

8.1.1. Os documentos de habilitação, serão examinados pelo pregoeiro, que poderá confirmar a autenticidade das certidões junto aos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores.

8.1.2. As certidões apresentadas na habilitação, que tenham sido expedidas em meio eletrônico, serão tidas como originais e poderão ter a autenticidade de seus dados e certificação digital conferidos pela Administração, dispensando nova apresentação, exceto se vencido o prazo de validade.

8.1.3. É recomendado às licitantes que apresentem os documentos encadernados ou fixos em pasta própria e numerados.

8.1.3.1. O descumprimento do item acima não será motivo de inabilitação da licitante.



Município de Antônio Prado
Secretaria Municipal da Administração

8.1.3.2. Esta recomendação visa a segurança da licitante participante, uma vez que os documentos são repassados a todas as licitantes presentes, para conferência e rubrica.

8.1.4. Todos os documentos exigidos para habilitação deverão estar no prazo de validade. Caso o órgão emissor não declare a validade do documento, esta será de 90 (noventa) dias, contados a partir da data de emissão, exceto o comprovante de inscrição no CNPJ.

8.1.5. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, conforme inciso I e II do Art. 64, da Lei Federal nº 14.133/2021, para:

a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelas licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.1.6. Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.2. Documentos relativos à **Habilitação Jurídica:**

8.2.1. Ato **Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social** e suas alterações, se houver, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais, acompanhado, no caso de sociedade por ações, de documento de eleição de seus atuais administradores; **Inscrição do Ato Constitutivo**, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício; ou **Decreto de Autorização**, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, **em vigor**.

a) A licitante poderá apresentar a versão consolidada do documento solicitado no subitem 8.2.1, devendo o mesmo vir acompanhado de todas as alterações **posteriores**, caso houver.

b) Ficará dispensada do documento solicitado nos itens 8.2.1, 8.2.2 e 8.2.3, a licitante que já o tiver apresentado, no presente certame, para fins de comprovação junto ao credenciamento.

8.2.2. Registro Comercial e Cédula de Identidade, no caso de empresa individual.

8.2.3. Certificado de Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI), no caso de MEI – Microempreendedor Individual.

a) O Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI somente será exigido quando permitida a participação do MEI, situação que pode ser verificada no item 2.4.2 do **Anexo II** – Termo de Referência.

8.2.4. Declaração conjunta de atendimento às condições deste edital, conforme modelo do **Anexo VI**, assinada por representante legal da licitante, constando, no mínimo:



Município de Antônio Prado
Secretaria Municipal da Administração

- a) que está ciente e concorda com as condições contidas neste edital e seus anexos;
- b) que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição da República;
- c) que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição da República;
- d) que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- e) que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição da República, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- f) que não foi declarada INIDÔNEA para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- g) que não possuímos em nosso funcionário que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente da Administração ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos da legislação que disciplina a matéria, inciso IV do Art. 14, da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.3. Documentos relativos à Habilitação Fiscal e Trabalhista:

8.3.1. Prova de Regularidade com a **Fazenda Federal, em vigor.**

8.3.2. Prova de Regularidade com a **Fazenda Estadual, em vigor.**

8.3.3. Prova de Regularidade com a **Fazenda Municipal, em vigor**, conforme legislação tributária do Município expedidor da empresa que ora se habilita para este certame.

8.3.4. Certificado de Regularidade de Situação (CRF) perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – **FGTS**.

8.3.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) que comprove a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

8.3.6. A licitante que se enquadrar no regime diferenciado e favorecido, previsto na Lei Complementar Federal nº 123/06, e que possuir restrição em qualquer dos documentos de regularidade fiscal, disposto no item 8.3.1 a 8.3.5 deste edital, terá sua habilitação condicionada à regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, em até 05 (cinco) dias úteis a contar da data da sessão pública que a declarar detentora da melhor oferta.



Município de Antônio Prado
Secretaria Municipal da Administração

8.3.6.1. O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

8.3.6.2. O benefício de que trata o subitem 8.3.6 deste edital, não eximirá a licitante da apresentação de todos os documentos exigidos para efeito da comprovação da regularidade fiscal, ainda que apresentem alguma restrição.

8.3.6.3. A não regularização da documentação, no prazo, implicará na inabilitação do licitante sem prejuízo das penalidades prevista neste edital.

8.4. Documentos relativos à Qualificação Econômico-Financeira:

8.4.1. Certidão Negativa de Falência, Concordata ou Recuperação Judicial (Lei Federal nº 11.101/2005), **em vigor**, expedida pelo distribuidor da comarca da sede da pessoa jurídica. As certidões que não expressarem o prazo de validade deverão ter a data de expedição não superior a 90 (noventa) dias.

a) Entende-se como sede da pessoa jurídica a matriz do estabelecimento, devendo a certidão mencionada no *caput*, ser emitida pelos órgãos do Poder Judiciário onde se localiza a sede da pessoa jurídica.

8.5. Documentos relativos à Qualificação Técnica:

8.5.1. Comprovação de aptidão por meio de, no mínimo, 01 (um) **atestado de capacidade técnica**, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, **com registro em nome da licitante**, pela qual tenha sido contratada para a execução de serviço (similar (es) em características e quantidades, ao objeto do presente certame, **sendo que, este(s) atestado(s) deverá(ão) ser de serviço(s) já concluído(s)**.

8.5.1.1. O atestado deverá conter o papel timbrado, contendo informações completas sobre a empresa ou órgão que está emitindo (razão social, CNPJ, endereço e telefone), dados completos da empresa contratada (razão social, CNPJ e endereço), com assinatura e dados do responsável da empresa ou do órgão público que está declarando a capacidade da sua empresa e contendo os seguintes detalhes do serviço prestado: descrição dos serviços executados e quantidades, período da prestação do serviço e período do contrato.

8.5.2. Declaração indicando o pessoal técnico que irá realizar o serviço e que o mesmo estará disponível para a realização do objeto da licitação, declarando, além disso, a qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos, conforme modelo do **Anexo VII**, assinada por representante legal da licitante.

8.5.3. Declaração da licitante de que tem pleno conhecimento dos serviços a serem realizados e acompanhados, dos critérios para prestação dos mesmos, e que se sujeita a todas condições estabelecidas, (conforme modelo do **Anexo VIII**), **assinada por representante legal da licitante**.

8.5.4. Comprovação de que os profissionais, citados na declaração do subitem 8.5.2, possuem os seguintes documentos:



Município de Antônio Prado
Secretaria Municipal da Administração

I – para o Lote 01, Oficina de Musicalização – Turno Integral: comprovação de experiência mínima de 1 (um) ano como ministrante de aulas para crianças, na faixa etária de 06 (seis) anos até 10 (dez) anos de idade e apresentação de certificado do profissional indicado, que comprove a conclusão de curso (s) de Música;

II – para o Lote 02, Oficina de Criatividade: comprovação de experiência mínima de 1 (um) ano como ministrante de aulas para crianças, na faixa etária de 06 (seis) anos até 10 (dez) anos de idade e apresentação de certificado do profissional indicado, que comprove a formação em ensino superior em Pedagogia;

III – para o Lote 03, Oficina de Tradições Gaúchas: comprovação de experiência mínima de 1 (um) ano como ministrante de aulas para crianças, na faixa etária de 06 (seis) anos até 10 (dez) anos de idade e apresentação de certificado do profissional indicado, que comprove formação na área da Educação e cursos de capacitação em CFOR – MTG para ministrar aulas práticas;

IV – para o Lote 04, Oficina de Dança: comprovação de experiência mínima de 1 (um) ano como ministrante de aulas para crianças, na faixa etária de 06 (seis) anos até 10 (dez) anos de idade e apresentação de certificado do profissional indicado, que comprove estar cursando ou ter formação superior em Licenciatura em Educação Física, preferencialmente com formação complementar/cursos de capacitação em Dança para ministrar aulas práticas de dança para o público;

V – para o Lote 05, Oficina de Linguagem: comprovação de experiência mínima de 1 (um) ano como ministrante de aulas para crianças, na faixa etária de 06 (seis) anos até 10 (dez) anos de idade e apresentação de certificado do profissional indicado, que comprove estar cursando ou ter formação superior em Pedagogia com experiência comprovada em alfabetização;

VI – para o Lote 06, Oficina Lógico Matemático e Robótica: comprovação de experiência mínima de 1 (um) ano como ministrante de aulas para crianças, na faixa etária de 06 (seis) anos até 10 (dez) anos de idade e apresentação de certificado do profissional indicado, que comprove estar cursando ou ter formação superior em Matemática, cursos na área da Robótica – Informática Educativa – Maker;

VII – para o Lote 07, Oficina de Teatro: comprovação de experiência mínima de 1 (um) ano como ministrante de aulas de música para crianças, na faixa etária de 02 (dois) anos até 05 (cinco) anos de idade e formação mínima em cursos de Música tendo como eixo o ensino através da ludicidade;

VIII – para o Lote 08, Oficina de Musicalização para Educação Infantil: comprovação de experiência mínima de 1 (um) ano como ministrante de aulas de música para crianças, na faixa etária de 02 (dois) anos até 05 (cinco) anos de idade e formação mínima em cursos de Música tendo como eixo o ensino através da ludicidade;

IX – para o Lote 09, Oficina de Musicalização e Arte: comprovação de experiência mínima de 1 (um) ano como ministrante de aulas de música para crianças, na faixa etária de 04 (quatro) anos até 05 (cinco) anos de idade e formação mínima com cursos de Música.

X – para o Lote 10, Oficina de Musicalização: comprovação de experiência mínima de 1 (um) ano como ministrante de aulas de música para crianças e adolescentes, na faixa



Município de Antônio Prado
Secretaria Municipal da Administração

etária de 06 (seis) anos até 17 (dezesete) anos de idade e formação mínima com cursos de Música.

8.5.5. A licitante deverá comprovar que os profissionais citados na declaração, **possuem vínculo com a licitante**, na data prevista para a abertura desta licitação, da seguinte forma:

- a) em se tratando de **empregado**, através de cópia reprográfica autenticada da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS);
- b) no caso de **sócio da empresa**, através do Ato Constitutivo e/ou Contrato Social;
- c) se for **contrato de prestação de serviços** entre a licitante e o profissional, deverá apresentar cópia do mesmo com prazo mínimo de 01 (um) ano.

8.6. A licitante deverá estar em situação regular nos seguintes cadastros, sob pena de inabilitação, que será consultado online, no momento da licitação, pelo Pregoeiro:

- a) CNIA – Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, no endereço eletrônico:
https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php
- b) CEIS – Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas, no endereço eletrônico:
<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?cadastro=1&ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>
- c) CNEP – Cadastro Nacional de Empresas Punidas, no endereço eletrônico:
<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?cadastro=2&ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>

8.7. A consulta aos cadastros será realizada em nome da licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o art. 12 da Lei Federal nº 8.429/1992.

- a) Para a pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas dos subitens acima, pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU no endereço eletrônico:
<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>

8.8. As declarações que não tenham sido assinadas por sócio-gerente ou diretor da licitante, especificado no Ato Constitutivo, deverão vir acompanhadas de **Procuração** ou **Credenciamento** que conceda poderes ao signatário.

8.9. A falsidade das declarações sujeitará a licitante às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e neste Edital.

8.10. Todos os documentos apresentados deverão ser correspondentes unicamente à **matriz** ou à **filial (razão social e CNPJ)** da licitante que ora se habilita para este certame licitatório, exceto para os itens 8.3.1, 8.3.5 e 8.4.1. Entretanto, será aceito para efeito de habilitação, documentos emitidos (para os itens 8.3.1 e 8.3.5) em nome da matriz e válidos para todas as filiais, desde que esta condição esteja expressa.



Município de Antônio Prado
Secretaria Municipal da Administração

8.11. A documentação, na fase pertinente, será rubricada pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e pelos representantes legais presentes e depois de examinada será anexada ao processo desta licitação, sendo inabilitadas aquelas licitantes cuja documentação apresente irregularidades.

8.12. Para agilização dos trabalhos, solicita-se que as licitantes façam constar na documentação o seu endereço, e-mail e o número do telefone.

9 – DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E DO VALOR ESTIMADO

9.1. O Pregoeiro considerará vencedora a proposta de **MENOR PREÇO**, sendo que o lote será adjudicado conforme disposto no item 12 deste edital.

9.2. O julgamento dos itens terá como base a média do orçamento prévio, constante na fase preparatória.

9.3. O valor estimado da contratação possui caráter sigiloso e não será tornado público antes de definido o resultado do julgamento das propostas.

10 – DAS IMPUGNAÇÕES E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei Federal nº 14.133/2021, devendo enviar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo correio eletrônico (e-mail) administracao@antonioprado.rs.gov.br ou licitacao@antonioprado.rs.gov.br, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço, Rua Francisco Marcantônio, nº 57, em Antônio Prado/RS, no Centro Administrativo Municipal.

10.3. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 3 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no seguinte correio eletrônico (e-mail) administracao@antonioprado.rs.gov.br ou licitacao@antonioprado.rs.gov.br.

10.4. As impugnações e/ou pedidos de esclarecimentos serão dirigidos à Assessoria Jurídica, e aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos Anexos, se for o caso, por intermédio do Pregoeiro, que os receberá e encaminhará devidamente instruído.

10.5. As respostas às impugnações ou aos pedidos de esclarecimentos, serão disponibilizados no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e estarão disponíveis no endereço eletrônico https://www.antonioprado.rs.gov.br/portal.php?pagina=licitacoes_editais, juntamente com cópia digital, em formato PDF, dos documentos gerados no decorrer do certame, **sendo de responsabilidade exclusiva da licitante** a obtenção ou consulta desses documentos.

10.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.7. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.



Município de Antônio Prado
Secretaria Municipal da Administração

10.8. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

10.9. Nas impugnações serão avaliados o cabimento e a adequação, sendo que o mérito será julgado somente se preenchidos os requisitos intrínsecos de admissibilidade, quais sejam, interesse recursal, legitimidade e o pedido juridicamente possível, bem como os requisitos extrínsecos: a regularidade formal (assinatura, juntada de procuração) e a tempestividade (tempo hábil para a interposição do recurso), entre outros.

11 – DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação da licitante:

- a) a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- b) o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;
- c) o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

11.4. A falta de manifestação motivada da licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.5. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.6. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferida a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.7. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.8. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.9. O recurso poderá ser realizado por forma eletrônica, pelo correio eletrônico (e-mail) administracao@antonioprado.rs.gov.br ou licitacao@antonioprado.rs.gov.br, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço, Rua Francisco Marcantônio, nº 57, em Antônio Prado/RS, no Centro Administrativo Municipal.

11.10. Os recursos serão dirigidos à Assessoria Jurídica, e aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos Anexos, se for o caso, por intermédio do Pregoeiro, que os receberá e encaminhará devidamente instruído.



Município de Antônio Prado
Secretaria Municipal da Administração

11.11. As respostas e os julgamentos referentes ao procedimento licitatório estarão disponíveis no endereço eletrônico https://www.antonioprado.rs.gov.br/portal.php?pagina=licitacoes_editais, juntamente com cópia digital, em formato PDF, dos documentos gerados no decorrer do certame, **sendo de responsabilidade exclusiva da licitante** a obtenção ou consulta desses documentos.

12 – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, se houverem, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

- a) determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- b) revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
- c) proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
- d) adjudicar o objeto e homologar a licitação.

12.2. Em caso de revogação ou anulação parcial do certame, a Administração poderá aproveitar as propostas nos termos não atingidos pela revogação ou anulação e na estrita observância aos critérios de julgamento previstos neste edital e na Lei Federal nº 14.133/2021.

13 – DO PRAZO PARA ASSINATURA E DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

13.1. Esgotados todos os prazos recursais, o Município, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, convocará a licitante vencedora para assinar o contrato, contado da data de convocação feita, pelo Município.

13.1.1. O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado uma vez e pelo mesmo período, desde que seja requerido de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

13.2. O contrato advindo desta licitação entrará em vigor na data da assinatura e terá vigência até **31 de dezembro de 2024**.

13.2.1. O contrato a ser assinado terá como base a minuta integrante deste edital conforme o **Anexo IX**.

13.2.2. Se por algum motivo superveniente a vigência precisar ser alterada, poderá ser efetuado aditamento ao contrato, desde de que motivadamente seja solicitado.

13.3. A recusa injustificada da licitante vencedora em assinar o contrato dentro dos prazos fixados, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se às sanções legais cabíveis.

13.4. Se a licitante vencedora não assinar o contrato, o pregoeiro examinará as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora.



Município de Antônio Prado
Secretaria Municipal da Administração

14 – DO PAGAMENTO

14.1. O pagamento será efetuado em até **20 (vinte) dias**, após o recebimento da nota fiscal e liquidação da despesa, observando a ordem cronológica para cada fonte de recursos e categoria de contato.

14.2. O pagamento será realizado através de depósito em conta corrente, em nome da licitante vencedora, sendo que em hipótese alguma será realizado pagamento por outros meios, tais como o boleto bancário ou cheque.

14.3. A licitante vencedora deverá manter atualizada a conta corrente junto ao cadastro único da Administração durante toda a vigência do contrato.

14.4. A Administração reterá a quantia correspondente aos tributos incidentes sobre a prestação de serviços, sempre que a legislação tributária assim determinar.

14.5. Será de integral responsabilidade da licitante vencedora o pagamento dos tributos e contribuições que incidam ou venham a incidir sobre os serviços prestados e os valores recebidos.

14.6. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, devendo a licitante vencedora destacar no documento fiscal a retenção do IRPJ – Imposto de Renda Pessoa Jurídica, indicando a respectiva alíquota na forma do Anexo I da IN RFB nº 1.234/2012, de acordo com Decreto Municipal nº 1.698/2022, e se for o caso, a retenção para a Previdência Social e o ISSQN – Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, com destaque conforme a legislação vigente.

14.7. A licitante vencedora regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

14.8. Para receber o pagamento, deverá:

a) a nota fiscal/fatura, ser devidamente atestada por servidor da Administração e contendo o número do contrato;

b) o termo de liberação de pagamento emitido pela Secretaria competente;

14.9. Para fins de pagamento e de liquidação do empenho, a licitante vencedora deverá observar a obrigatoriedade de utilização da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), conforme legislação tributária em vigor.

14.10. Sempre que for necessária, a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) deverá ser enviada pela licitante vencedora para o e-mail a ser informado pela fiscalização.

14.11. As notas fiscais/faturas deverão ser emitidas pela própria licitante vencedora, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e na proposta de preço, não se admitindo notas fiscais emitidas com outro CNPJ mesmo aquele de filial ou da matriz.



Município de Antônio Prado
Secretaria Municipal da Administração

14.12. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, devidamente identificado, na nota fiscal apresentada e depois de verificada a regularidade fiscal da licitante vencedora.

14.13. Os preços propostos serão considerados completos e suficientes para a execução do objeto desta licitação, sendo desconsiderada qualquer reivindicação de pagamento adicional devido ao erro ou à má interpretação por parte da licitante vencedora.

14.14. É vedado à licitante vencedora transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes desta licitação.

14.15. A critério da Administração, poderão ser descontadas, dos valores devidos, as quantias necessárias para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros ou outras de responsabilidade da licitante vencedora.

14.16. O desconto de qualquer valor no pagamento devido à licitante vencedora, será precedido de processo administrativo em que será garantido o contraditório e a ampla defesa, com os recursos e meios que lhe são inerentes.

14.17. A não manutenção das condições de habilitação e qualificação, constatadas a qualquer tempo, poderá resultar na aplicação de sanções e na rescisão contratual.

14.18. Caso constatado, no momento do pagamento, a irregularidade quanto à manutenção das condições de habilitação, a licitante vencedora será notificada para que regularize a situação no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, ou no mesmo prazo apresente sua defesa.

14.19. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Administração, a depender de justificativa apresentada pela licitante vencedora.

14.20. Persistindo a irregularidade, a Administração adotará as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à licitante vencedora a ampla defesa.

14.21. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente até que se decida pela rescisão do contrato, caso a licitante vencedora não regularize sua situação.

14.22. Será rescindido o contrato em execução com a licitante vencedora irregular, salvo por motivo de economicidade, segurança municipal ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da Administração.

14.23. A licitante vencedora não poderá estar em débito com a Fazenda Municipal, sob pena de bloqueio e/ou compensação no pagamento a que fizer jus, salvo quando for insuficiente o valor para compensar todo o débito.

14.24. Ocorrendo eventual atraso de pagamento provocado exclusivamente pela Administração, o valor devido será corrigido monetariamente pelo IPCA/IBGE do período, ou pelo índice que vier a substituí-lo, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, e a Administração compensará a licitante vencedora com juros de mora de 0,5% ao mês, pro rata die.



Município de Antônio Prado
Secretaria Municipal da Administração

14.25. Será considerado como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

14.26. Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos deverão ser instruídos com as justificativas e motivos, e ser submetidos à apreciação da autoridade superior competente, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa.

14.27. Para fins de pagamento, a licitante vencedora, após a homologação, deverá informar ao Setor Financeiro da Secretaria requisitante o banco, nº da agência e o nº da conta, na qual será realizado o depósito correspondente. A referida conta deverá estar em nome da pessoa jurídica, ou seja, da licitante vencedora.

14.28. Para fins de adjudicação, homologação e empenho, o preço do lote poderá sofrer, automaticamente, uma pequena variação para menos, resultante da necessidade de serem obtidos valores que atendam as configurações do sistema de gestão desta Administração.

15 – DAS SANÇÕES

15.1. A licitante vencedora que cometer qualquer conduta que infrinja as condições e prazos estabelecidos no instrumento, em contrato ou na legislação atinente à execução do objeto, ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, conforme disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, às sanções a seguir estabelecidas, aplicáveis após regular Processo Administrativo de Penalização de fornecedor.

15.1.1. ADVERTÊNCIA ESCRITA em razão de falhas que não caibam a aplicação de sanção mais grave em virtude de serem corrigidas no prazo estipulado pela fiscalização.

15.1.2. MULTA por descumprimento de prazos e condições ajustados, conforme classificação de gravidade da inconformidade diagnosticada pela Administração, seguindo, ainda a tabela de classificação de inconformidades integrante deste item, nos seguintes termos:

I – para inconformidade **LEVE**, será aplicada multa na razão de 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia, sobre o valor global do item, até 30 (trinta) dias de atraso, podendo, justificadamente, ser cancelada a nota de empenho, a autorização de compra ou outro instrumento hábil, cancelado o registro de preços do fornecedor ou do item/grupo, e/ou rescindido o contrato, nas seguintes situações:

a) pela não entrega da documentação exigida para o certame, nos prazos previstos;

b) pelo retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.

II – para inconformidade **MODERADA**, será aplicada multa de 10% (dez por cento), sobre o valor da parcela inadimplida, podendo, justificadamente, ser cancelada a nota de empenho, a autorização de compra ou outro instrumento hábil, cancelado o registro de preços do fornecedor ou do item/grupo, e/ou rescindido o contrato, nas seguintes situações:



Município de Antônio Prado
Secretaria Municipal da Administração

- a) pela entrega do objeto em desacordo com o solicitado, quando não houver a pronta adequação no prazo fixado;
- b) pela não manutenção da proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- c) pela subcontratação de serviços quando não permitidos.

III – para inconformidade GRAVE:

- a) será aplicada multa de 15% (quinze por cento), sobre o valor global do item, pela não celebração do contrato ou não entrega da documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- b) será aplicada multa de 0,10% (dez décimos por cento), ao dia, sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30% (trinta por cento), pelo atraso injustificado na entrega do objeto, em prazo superior a 30 (trinta) dias consecutivos;
- c) será aplicada multa de 15% (quinze por cento) da parcela inadimplida, podendo, também, ser cancelada a nota de empenho, a autorização de compra ou outro instrumento hábil, cancelado o registro de preços do fornecedor ou do item, e/ou rescindido o contrato, pela inexecução parcial do objeto, salvo quando causar grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, será aplicada a penalidade correspondente.

VI – para inconformidade GRAVÍSSIMA:

- a) será aplicada multa de 20% (vinte por cento) da parcela inadimplida, podendo, também, ser cancelada a nota de empenho, a autorização de compra ou outro instrumento hábil, cancelado o registro de preços do fornecedor ou do item/grupo, e/ou rescindido o contrato, pela inexecução total do objeto;
- b) será aplicada multa de 30% (trinta por cento) da parcela inadimplida, podendo, também, ser cancelada a nota de empenho, a autorização de compra ou outro instrumento hábil, cancelado o registro de preços do fornecedor ou do item, e/ou rescindido o contrato, pela inexecução parcial do objeto que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.
- c) quando da reincidência em irregularidades será dobrada a multa correspondente à infração cometida conforme subitens anteriores, até o limite de 30% (trinta por cento).

15.1.3. IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR com a Administração Municipal pelo prazo de até 3 (três) anos, bem como demais cominações legais, quando a licitante:

- a) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - b) dar causa à inexecução total ou parcial do objeto;
 - c) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
-



Município de Antônio Prado
Secretaria Municipal da Administração

- d)** deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e)** não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f)** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

15.1.4. IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR com a Administração Municipal pelo prazo de até 6 (seis) anos, bem como demais cominações legais, quando a licitante:

- a)** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o procedimento ou a execução do contrato;
- b)** fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c)** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d)** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- e)** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013;
- f)** ocorrer em 1 (uma) infração enquadrada como gravíssima **ou** 2 (duas) infrações enquadradas como grave **ou** 3 (três) infrações enquadradas como moderada aplicáveis após regular Processo Administrativo **ou** 4 (quatro) infrações enquadradas como leve, **ou**, independente do grau, no caso da ocorrência de 5 (cinco) infrações.

15.1.5. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a empresa executora ressarcir a Administração pelos prejuízos causados e após decorrido o prazo da penalidade de suspensão do subitem anterior.

15.2. Será facultada à licitante vencedora, nos termos da lei, a apresentação de defesa prévia, na ocorrência de quaisquer das situações previstas neste Edital.

15.3. As multas e seu pagamento não eximirão a licitante vencedora de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos, decorrentes das infrações cometidas.

15.4. Caso a multa não seja quitada em até 15 (quinze) dias contados da emissão da guia de recolhimento, estará sujeita à atualização monetária com base no mesmo índice previsto no subitem de reajuste (ou de pagamento).

16 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. As licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.



Município de Antônio Prado
Secretaria Municipal da Administração

16.2. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as interessadas, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

16.3. Uma vez iniciada a sessão, não serão admitidos à licitação participantes retardatários.

16.4. Só terá direito a usar a palavra, rubricar a documentação e as propostas, apresentar reclamações ou recursos e assinar atas, as licitantes ou seus representantes credenciados, o Pregoeiro e equipe de apoio.

16.5. Em caso de paralisação (greve) dos servidores de órgãos públicos Federais, Estaduais e Municipais, em qualquer esfera de Poder (Legislativo, Executivo e Judiciário), que impeça a expedição de documentos oficiais, a habilitação da licitante ficará condicionada à apresentação do documento que não pôde ser apresentado na data da abertura dos envelopes do certame, em até 5 (cinco) dias úteis após encerramento da greve.

16.6. A presente licitação somente poderá vir a ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, ou anulado, no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

16.7. O resultado desta licitação será lavrado em Ata, a qual será assinada pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio e representantes das licitantes.

16.8. Recomenda-se às licitantes que estejam no local marcado com antecedência de 20 (vinte) minutos do horário previsto.

16.9. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e endereço eletrônico, salvo comunicação do Pregoeiro em sentido contrário.

16.10. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

16.11. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.12. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento da licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.13. Esclarecimentos em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital poderão ser obtidos junto ao Dep. de Compras e Licitações da Secretaria Municipal da Administração, pelo telefone (54) 3293 5604, nos dias úteis, no horário das 8h às 11h45min ou 13h15min às 17h30min, com o Pregoeiro ou equipe de apoio.

16.14. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no site da Administração, no endereço eletrônico https://www.antonioprado.rs.gov.br/portal.php?pagina=licitacoes_editais, no site do Tribunal de Contas do Estado – TCE, no LicitaCon Cidadão no endereço eletrônico https://portal.tce.rs.gov.br/aplicprod/f?p=50500:2:::NO:2,RIR:P2_PAG_RETORNO,



Município de Antônio Prado
Secretaria Municipal da Administração

[F50500_CD_ORGAO:4,40800&cs=1Qlud8YPCocKc27sk9FFvAPvQEN0](https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1) e no site do Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP no endereço eletrônico https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1, concomitantemente com cópia digital dos documentos gerados no decorrer do certame.

16.15. No interesse da Administração, sem que caiba às participantes qualquer recurso ou indenização, poderá a licitação ter:

- a) adiada sua abertura;
- b) alterado o edital, com fixação de novo prazo para a realização da licitação.

16.16. Os casos omissos relativos à aplicabilidade do presente edital serão sanados pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, juntamente com a Assessoria Jurídica, obedecida a legislação vigente.

16.17. Para dirimir quaisquer questões decorrentes do procedimento licitatório, elegem as partes o Foro da Comarca de Antônio Prado/RS, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

16.18. Faz parte deste Edital:

- Anexo I - Formulário Padrão para Preenchimento de Proposta;
- Anexo II - Termo de Referência;
- Anexo III - Modelo de Credenciamento;
- Anexo IV - Modelo de Declaração de Enquadramento para ME e EPP;
- Anexo V - Modelo de Declaração de Enquadramento para MEI;
- Anexo VI - Modelo de Declaração Conjunta de Atendimento às Condições deste Edital;
- Anexo VII - Modelo de Declaração de Pessoal Técnico;
- Anexo VIII - Modelo de Declaração de Pleno Conhecimento do Edital;
- Anexo IX - Minuta de Contrato.

Antônio Prado/RS, 26 de fevereiro de 2024.

ROBERTO JOSÉ DALLE MOLLE
PREFEITO MUNICIPAL

Visto – Assessoria Jurídica



Município de Antônio Prado
Secretaria Municipal da Administração

PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2024

ANEXO I

FORMULÁRIO PADRÃO PARA PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

RAZÃO SOCIAL: _____

CNPJ: _____ FONE: _____

E-MAIL: _____

LOTE	ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UND	QUANT	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	1	OFICINA DE MUSICALIZAÇÃO – TURNO INTEGRAL – Conforme as especificações técnicas constantes no Anexo II – Termo de Referência.	HORA	207		
2	2	OFICINA DE CRIATIVIDADE – TURNO INTEGRAL – Conforme as especificações técnicas constantes no Anexo II – Termo de Referência.	HORA	207		
3	3	OFICINA DE TRADIÇÕES GAÚCHAS – TURNO INTEGRAL – Conforme as especificações técnicas constantes no Anexo II – Termo de Referência.	HORA	207		
4	4	OFICINA DE DANÇA – TURNO INTEGRAL – Conforme as especificações técnicas constantes no Anexo II – Termo de Referência.	HORA	207		
5	5	OFICINA DE LINGUAGEM – TURNO INTEGRAL – Conforme as especificações técnicas constantes no Anexo II – Termo de Referência.	HORA	207		



Município de Antônio Prado
Secretaria Municipal da Administração

6	6	OFICINA DE RACIOCÍNIO LÓGICO MATEMÁTICO E ROBÓTICA – TURNO INTEGRAL – Conforme as especificações técnicas constantes no <i>Anexo II – Termo de Referência.</i>	HORA	207		
7	7	OFICINA DE TEATRO – Conforme as especificações técnicas constantes no <i>Anexo II – Termo de Referência.</i>	HORA	122		
8	8	OFICINA DE MUSICALIZAÇÃO – EDUCAÇÃO INFANTIL – Conforme as especificações técnicas constantes no <i>Anexo II – Termo de Referência.</i>	HORA	492		
9	9	OFICINA DE MUSICALIZAÇÃO E ARTE – EDUCAÇÃO INFANTIL – Conforme as especificações técnicas constantes no <i>Anexo II – Termo de Referência.</i>	HORA	74		
10	10	OFICINA SOCIOEDUCATIVA DE MUSICALIZAÇÃO – Conforme as especificações técnicas constantes no <i>Anexo II – Termo de Referência.</i>	MÊS	10		

PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA: _____
(Conforme item 6.13, deve ser 90 dias)

(data)

(assinatura do responsável)



Município de Antônio Prado
Secretaria Municipal da Administração

PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2024

ANEXO II

TERMO DE REFERÊNCIA

1 – DA INTRODUÇÃO E DA BASE LEGAL

1.1. A elaboração deste Termo de Referência foi realizada de acordo com o estabelecido no inciso II, do Art. 18 da Lei Federal nº 14.133/2021.

2 – DAS DEFINIÇÕES/INFORMAÇÕES ESSENCIAIS

2.1. Da forma de seleção e critérios de julgamento:

- a)** modalidade: PREGÃO;
- b)** forma: PRESENCIAL;
- c)** lances: PREÇO UNITÁRIO DO ITEM;
- d)** critério de julgamento: MENOR PREÇO;
- e)** modo de disputa: ABERTO.

2.2. Classificação do objeto: o objeto desta contratação se enquadra na descrição de bens e serviços comuns, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por edital, por meio de especificações usuais do mercado conforme o disposto no art. 6º, XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021 e no Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

2.3. Referência de Preços: pesquisa de preços realizada conforme Decreto Municipal nº 1.646, de 25 de janeiro de 2022.

2.4. Exclusividade/benefício para microempresa – ME, empresa de pequeno porte – EPP (Art. 48, Lei Complementar Federal nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar Federal nº 147/14) e microempreendedor individual – MEI (Lei Complementar Federal nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar Federal nº 128/08).

2.4.1. Exclusividade/benefício para microempresa – ME ou empresa de pequeno porte – EPP (Art. 48, Lei Complementar Federal nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar Federal nº 147/14):

APLICÁVEL, uma vez que o tratamento diferenciado e simplificado para as Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP, se afigura obrigatório pois o valor, por item, é inferior a 80.000,00 (oitenta mil reais) conforme estabelecido no art. 48, inciso I, e, uma vez que o tratamento diferenciado e simplificado para as



Município de Antônio Prado
Secretaria Municipal da Administração

microempresas – ME e empresas de pequeno porte – EPP se afigura possível, tendo em vista a natureza do objeto e após a conclusão da pesquisa destinada a identificar o preço de mercado, conseguiu-se identificar, em pesquisas diretas com fornecedores, que existem, mais de três empresas na região, enquadradas como ME ou EPP, o que demonstra que há empresas, deste porte (ME e EPP), que possam fornecer os materiais.

2.4.2. Benefício para microempreendedor individual – MEI (Lei Complementar Federal nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar Federal nº 128/08):

APLICÁVEL, uma vez que o objeto desta contratação é compatível com as atividades desenvolvidas por essa categoria empresarial, a qual consta no rol do Anexo XI da Resolução CGSN nº 140, de 22 de maio de 2018.

2.5. Da forma de parcelamento

2.5.1. A Súmula nº 247 do Tribunal de Contas da União prevê a adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações, objetivando-se uma maior disputa de lances com potencial de impacto na redução do preço final de cada item, por ser esta opção considerada a mais técnica e economicamente viável, o que favorece a ampla concorrência.

2.5.2. Desta forma, conforme determina o art. 40, inciso V, alínea 'b' e § 2º do mesmo artigo e art. 18, VII, da Lei Federal nº 14.133/2021, A ADJUDICAÇÃO DEVERÁ SER REALIZADA POR ITEM.

2.6. Secretarias Requisitantes:

- a) Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto;
- b) Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania.

3 – DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

3.1. Da definição do objeto

3.1.1. Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviço de instrutor habilitado para atuar em oficinas pedagógicas para os alunos das escolas municipais e oficinas socioeducativas para usuários do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes.

3.1.2. A descrição dos serviços e as quantidades da contratação encontram-se nos Anexos I – Formulário Proposta e neste Termo de Referência.

3.1.3. O Estudo Técnico Preliminar é um documento preparatório a este Termo de Referência, sendo que na ocorrência de alguma divergência entre ambos, prevalecerá o disposto neste Termo de Referência.

4 – DA FUNDAMENTAÇÃO E DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

4.1. A fundamentação, a descrição da necessidade da contratação e a justificativa, encontram-se pormenorizadas em tópicos específicos do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste



Município de Antônio Prado
Secretaria Municipal da Administração

Termo de Referência.

5 – DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO TODO O CICLO DE VIDA E ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

5.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

6 – DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

6.1. Os critérios de sustentabilidade encontram-se pormenorizados no tópico Descrição dos Requisitos da Contratação do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

7 – DOS REQUISITOS E MODELO DE EXECUÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO / EXECUÇÃO

7.1. Do prazo de execução

7.1.1. O prazo para execução será a partir da assinatura do contrato até dezembro de 2024.

7.1.2. A solicitação de fornecimento, a nota de empenho, autorização de compra ou outro instrumento hábil será enviada à licitante vencedora via correio eletrônico (*e-mail*), contendo a indicação do item, quantidade, valor, local e prazo de entrega.

7.1.3. Como condição de fornecimento, durante a vigência do contrato, a licitante vencedora deverá manter as mesmas condições de habilitação.

7.2. Do local de execução

7.2.1. O **local e horário de realização das oficinas** será conforme o definido na especificação técnica constante no item 7.12 deste Termo de Referência.

7.2.2. Abaixo consta o endereço dos locais onde serão realizadas as oficinas.

Local	Endereço	Servidor Responsável
Escola Municipal de Ensino Fundamental Nossa Senhora Aparecida.	Rua Luiz Marcantônio Grezzana, nº 250, bairro Aparecida, Antônio Prado/RS.	Marilene Rizzi
Escola Municipal de Ensino Fundamental João XXIII.	Rua Vicente Palombini, nº 493, bairro Centro, Antônio Prado/RS.	Edson Luiz Carra
Escola Municipal de Educação Infantil Casa de Nazaré.	Rua Vitorino Monteiro, nº 1402, bairro Aparecida, Antônio Prado/RS.	Edevilde Troian Marsilio
Escola Municipal de Educação Infantil Criança Feliz.	Rua Waldemar Mansueto Grazziotin, nº 20, bairro Centro, Antônio Prado/RS.	Jussara Bressan Slongo
Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania.	Rua 7 de Setembro, nº 976, bairro Fátima, Antônio Prado/RS.	Simone Damin



Município de Antônio Prado
Secretaria Municipal da Administração

7.2.3. O servidor aqui citado trata-se do responsável das secretarias e escolas pelo acompanhamento dos oficineiros.

7.3. Das condições da execução

7.3.1. Será avaliada se a execução do serviço prestado está de acordo com o que foi contratado.

7.3.2. Todo e qualquer serviço realizado fora do estabelecido neste Termo de Referência será, imediatamente, notificada a licitante vencedora que ficará obrigada a realizar o serviço no prazo estipulado pelo fiscal do contrato, ficando entendido que correrá por sua conta e risco, sujeitando-se, também, às sanções previstas no edital.

7.4. Do prazo de validade dos itens

7.4.1. Esta exigência não se aplica a esta contratação.

7.5. Da substituição do objeto

7.5.1. Se constatado que o serviço não está sendo realizado conforme o solicitado, a licitante vencedora será notificada para que refaça o serviço, devendo atender plenamente ao solicitado, sob pena de aplicação das penalidades previstas no Edital.

7.6. Da documentação necessária na entrega do objeto

7.6.1. Esta exigência não se aplica a esta contratação.

7.7. Da garantia do item

7.7.1. Esta exigência não se aplica a esta contratação.

7.8. Da documentação necessária para apresentação juntamente com a proposta

7.8.1. Esta exigência não se aplica a esta contratação.

7.9. Da qualificação técnica para habilitação da licitante

7.9.1. Esta exigência consta no item 8.5 do edital.

7.10. Da documentação necessária para a assinatura do contrato

7.10.1. Esta exigência não se aplica a esta contratação.

7.11. Da vigência do contrato

7.11.1. O contrato advindo desta licitação entrará em vigor na data da assinatura e terá vigência até **31 de dezembro de 2024**.

7.11.2. O contrato a ser assinado terá como base a minuta integrante do **Anexo IX** do Edital.



Município de Antônio Prado
Secretaria Municipal da Administração

7.11.3. Se por algum motivo superveniente a vigência precisar ser alterada, deverá ser efetuado aditamento ao contrato.

7.12. Das especificações técnicas

7.12.1. As especificações técnicas para realização dos serviços devem atender ao especificado no quadro abaixo:

Lote	Item	Especificação
01	01	OFICINA DE MUSICALIZAÇÃO – TURNO INTEGRAL – deverão ser ministradas aulas de musicalização com visão pedagógica de arte e educação com foco em um repertório que contemple a faixa etária dos alunos e a diversidade cultural brasileira. O oficineiro será responsável pela elaboração e cumprimento do planejamento das aulas, pelo acompanhamento e registro de frequência dos participantes das oficinas e pelo acompanhamento do grupo em apresentações. - <u>público alvo</u>: alunos do 1º ao 5º ano; - <u>metodologia</u>: breve exposição teórica, aulas práticas e trabalho em grupo; - <u>carga horária</u>: cada oficina será de 1h semanal por turma. Serão 5 turmas, ou seja, a carga horária total será de 5h semanais, mais 1h mensal para reunião pedagógica na escola; - <u>carga horária total</u>: 207 horas; - <u>turmas</u>: 5 turmas, com até 20 participantes cada turma; - <u>local</u>: Escola Municipal de Ensino Fundamental Nossa Senhora Aparecida; - <u>período de execução</u>: a partir da homologação da licitação até o final do ano letivo em dezembro de 2024, respeitando o Calendário Escolar; - <u>tópicos das aulas</u>: - sensibilização às propriedades do som (altura, duração, timbre e intensidade) e aos elementos que compõem a música (melodia, harmonia e ritmo); - exploração sonora; - expressão e percussão corporal; - canto; - jogos musicais; - deverão ser promovidas pelo menos duas apresentações públicas, incluídas na carga horária total da oficina, visando a integração social e cultural dos alunos atendidos no contraturno. - <u>critérios de avaliação para a permanência na entrega do serviço</u>: - assiduidade, pontualidade e bom relacionamento; - articulação do conhecimento das oficinas com o currículo da Escola e a Base Nacional Comum Curricular – BNCC; - mobilidade às demandas da Escola; - entrega de planejamento inicial articulado ao Projeto Político Pedagógico da Escola, até 30 de abril de 2024; - deverão ser promovidas pelo menos duas apresentações públicas, incluídas na carga horária total da oficina, visando a integração social e cultural dos alunos atendidos.
02	02	OFICINA DE CRIATIVIDADE – deverão ser ministradas aulas que englobem muitos processos significativos com construções inovadoras a partir de materiais já existentes. Através do brincar o objetivo é construir oficinas que



Município de Antônio Prado
Secretaria Municipal da Administração

		promovam a criatividade por meio de intervenções educativas como, por exemplo, o projeto TiNis – Terra das Crianças, criação de um laboratório com interação de materiais não estruturados entre outras intervenções significativas de acordo com cada faixa etária dos estudantes. As atividades serão estruturadas a partir de quatro pilares de processos criativos: a escrita, a leitura, o raciocínio lógico e a aplicação do conhecimento. - <u>público alvo</u>: alunos do 1º ao 5º ano; - <u>metodologia</u>: breve exposição teórica, aulas práticas e trabalho em grupo; - <u>carga horária</u>: cada oficina será de 1h semanal por turma. Serão 5 turmas, ou seja, a carga horária total será de 5h semanais, mais 1h mensal para reunião pedagógica na escola; - <u>carga horária total</u>: 207 horas; - <u>turmas</u>: 5 turmas, com até 20 participantes cada turma; - <u>local</u>: Escola Municipal de Ensino Fundamental Nossa Senhora Aparecida; - <u>período de execução</u>: a partir da homologação da licitação até o final do ano letivo em dezembro de 2024, respeitando o Calendário Escolar; - <u>tópicos das aulas</u>: - construção de jogos (com materiais não estruturados); - escrita (a partir do concreto produzido na oficina); - criança e natureza (processo criativo com a produção de canteiros com plantação de PANCs, hortaliças, temperos, chás); - arte (o desenho, a escultura, a produção artística infantil e juvenil, audiovisual, leitura, escrita); - <u>critérios de avaliação para a permanência na entrega do serviço</u>: - assiduidade, pontualidade e bom relacionamento; - articulação do conhecimento das oficinas com o currículo da Escola e a Base Nacional Comum Curricular - BNCC; - mobilidade às demandas da Escola; - entrega de planejamento inicial articulado ao Projeto Político Pedagógico da Escola, até 30 de abril de 2024; - deverão ser promovidas pelo menos duas apresentações públicas, incluídas na carga horária total da oficina, visando a integração social e cultural dos alunos atendidos no Turno Integral.
03	03	OFICINA DE TRADIÇÕES GAÚCHAS – deverão ser ministradas aulas que contemplem a preservação, o resgate e o desenvolvimento da cultura gaúcha, compreender que o tradicionalismo é um organismo social de natureza nativista, cívica, cultural, literária, artística e folclórica. As atividades deverão ser voltadas à história do tradicionalismo, cultura, culinária, preparo do chimarrão, indumentária, declamação, chula, nós de lenços, danças, lendas e contos voltados a tradição gaúcha. Com foco em um repertório que contemple a faixa etária dos alunos e a diversidade cultural brasileira, que será responsável pela elaboração e cumprimento do planejamento das aulas, pelo acompanhamento e registro de frequência dos participantes das oficinas e pelo acompanhamento do grupo em apresentações. - <u>público alvo</u>: alunos do 1º ao 5º ano; - <u>metodologia</u>: breve exposição teórica, aulas práticas e trabalhos em grupo; - <u>carga horária</u>: cada oficina será de 1h semanal por turma. Serão 5 turmas, ou seja, a carga horária total será de 5h semanais, mais 1h mensal para reunião pedagógica na escola; - <u>carga horária total</u>: 207 horas;



Município de Antônio Prado
Secretaria Municipal da Administração

		- <u>turmas</u>: 5 turmas, com até 20 participantes cada turma; - <u>local</u>: Escola Municipal de Ensino Fundamental Nossa Senhora Aparecida; - <u>período de execução</u>: a partir da homologação da licitação até o final do ano letivo em dezembro de 2024, respeitando o Calendário Escolar; - <u>tópicos das aulas</u>: - história do tradicionalismo; - cultura; - culinária; - preparo do chimarrão; - indumentária; - declamação; - chula; - nós de lenços; - danças; - lendas e contos voltados a tradição gaúcha; - deverão ser promovidas pelo menos duas apresentações públicas, incluídas na carga horária total da oficina, visando a integração social e cultural dos alunos atendidos no contraturno. - <u>critérios de avaliação para a permanência na entrega do serviço</u>: - assiduidade, pontualidade e bom relacionamento; - articulação do conhecimento das oficinas com o currículo da Escola e a Base Nacional Comum Curricular – BNCC; - mobilidade às demandas da Escola; - entrega de planejamento inicial articulado ao Projeto Político Pedagógico da Escola, até 30 de abril de 2024; - deverão ser promovidas pelo menos duas apresentações públicas, incluídas na carga horária total da oficina, visando a integração social e cultural dos alunos atendidos.
04	04	OFICINA DE DANÇA – deverão ser ministradas aulas com foco em um repertório que contemple a faixa etária dos alunos e a diversidade cultural brasileira, que será responsável pela elaboração e cumprimento do planejamento das aulas, pelo acompanhamento e registro de frequência dos participantes das oficinas e pelo acompanhamento do grupo em apresentações. A dança não se resume simplesmente à aquisição ou desenvolvimento de habilidades, e sim, contribui para o aprimoramento das habilidades básicas, dos padrões fundamentais do movimento, para o desenvolvimento das potencialidades humanas e da relação do indivíduo com os outros e com o mundo. Assim, esta oficina deverá contemplar a pluralidade de linguagens e estilos de dança, assegurando aos/as alunos/as atendidos/as a ampla diversidade de possibilidades de fruição e acesso, desenvolvendo, no mínimo, os seguintes tópicos: - <u>público alvo</u>: alunos do 1º ao 5º ano; - <u>metodologia</u>: breve exposição teórica, aulas práticas e trabalho em grupo voltado a dança; - <u>carga horária</u>: cada oficina será de 1h semanal por turma. Serão 5 turmas, ou seja, a carga horária total será de 5h semanais, mais 1h mensal para reunião pedagógica na escola; - <u>carga horária total</u>: 207 horas; - <u>turmas</u>: 5 turmas, com até 20 participantes cada turma; - <u>local</u>: Escola Municipal de Ensino Fundamental Nossa Senhora Aparecida;



Município de Antônio Prado
Secretaria Municipal da Administração

		- <u>período de execução</u>: a partir da homologação da licitação até o final do ano letivo em dezembro de 2024, respeitando o Calendário Escolar; - <u>tópicos das aulas</u>: - danças brasileiras; - danças urbanas; - dança contemporânea. - <u>critérios de avaliação para a permanência na entrega do serviço</u>: - assiduidade, pontualidade e bom relacionamento; - articulação do conhecimento das oficinas com o currículo da Escola e a Base Nacional Comum Curricular - BNCC; - mobilidade às demandas da Escola; - entrega de planejamento inicial articulado ao Projeto Político Pedagógico da Escola, até 30 de abril de 2024; - deverão ser promovidas pelo menos duas apresentações públicas, incluídas na carga horária total da oficina, visando a integração social e cultural dos alunos atendidos no Turno Integral.
05	05	OFICINA DE LINGUAGEM – deverão ser ministradas aulas através do jogo, do fazer, do brincar, do representar pedagógico o objetivo é trabalhar consciência fonêmica, a alfabetização, a leitura e a escrita de forma que a criança experimente “ir além”, ultrapassar seus próprios limites e adquirir autonomia na aprendizagem. Além de, estimular que tenha contato com os mais diferentes tipos de texto, com diferentes tipos de letras, experimentem situações de leitura e escrita que são comuns no ambiente doméstico e escolar, entre eles: lista de compras, receitas, bilhetes, convites de aniversário, regras de jogos e demais tipos de textos. Proporcionar contato com situações de leitura, fruição e produção de textos como contos, poemas, quadrinhos, fábulas, narrativas entre outros. Desenvolver estratégias de fala e escuta, estimular as crianças a escutar, prestar atenção e comentar. Criar com as crianças jogos pedagógicos envolvendo figuras, letras, vogais, consoantes, sílabas, sinônimos, antônimos, ortografia, rimas, acentuação, pontuação, dígrafos, palavras com correspondências regulares contextuais entre grafemas e fonemas – c/qu; g/gu; r/rr; s/ss; o (e não u) e (e não i) em sílaba átona em final de palavra – e com marcas de nasalidade (til, m, n), concordância nominal e concordância verbal, utilizando materiais recicláveis que serão durante as oficinas, exceto xerox de jogos prontos. - <u>público alvo</u>: alunos do 1º ao 5º ano; - <u>metodologia</u>: aulas expositivas dialogadas; leituras orientadas; trabalhos em grupos; entrevistas com pessoas; discussões e debates dirigidos; observações da realidade; tarefas de assimilação do conhecimento adquirido; confecção e execução de jogos. - <u>carga horária</u>: cada oficina será de 1h semanal por turma. Serão 5 turmas, ou seja, a carga horária total será de 5h semanais, mais 1h mensal para reunião pedagógica na escola; - <u>carga horária total</u>: 207 horas; - <u>turmas</u>: 5 turmas, com até 20 participantes cada turma; - <u>local</u>: Escola Municipal de Ensino Fundamental Nossa Senhora Aparecida; - <u>período de execução</u>: a partir da homologação da licitação até o final do ano letivo em dezembro de 2024, respeitando o Calendário Escolar; - <u>tópicos das aulas</u>: - consciência fonêmica;



Município de Antônio Prado
Secretaria Municipal da Administração

		- alfabetização; - leitura; - escrita. - <u>critérios de avaliação para a permanência na entrega do serviço:</u> - assiduidade, pontualidade e bom relacionamento; - articulação do conhecimento das oficinas com o currículo da Escola e a Base Nacional Comum Curricular - BNCC; - mobilidade às demandas da Escola; - entrega de planejamento inicial articulado ao Projeto Político Pedagógico da Escola, até 30 de abril de 2024. - deverão ser promovidas pelo menos duas apresentações públicas, incluídas na carga horária total da oficina, visando a integração social e cultural dos alunos atendidos no Turno Integral.
06	06	OFICINA DE RACIOCÍNIO LÓGICO MATEMÁTICO E ROBÓTICA – deverão ser ministradas aulas que contemplem o letramento matemático assegurar aos alunos reconhecerem que os conhecimentos matemáticos são fundamentais para a compreensão e a atuação no mundo, bem como perceber o caráter de jogo intelectual da matemática, como aspecto que favorece o desenvolvimento do raciocínio lógico e crítico, estimulando a investigação e podendo ser prazeroso. Trabalhar com o lúdico no ensino de matemática para, consequentemente, obter um resultado positivo com relação ao aprendizado das crianças, pelo brincar, com a intenção de melhorar o raciocínio lógico do aluno de forma divertida e criativa. Essa oficina propiciará que o aluno descubra e entenda que a matemática pode ir além dos cálculos e das fórmulas. Trabalhar a contagem de maneira exata ou aproximada, utilizando diferentes estratégias como o pareamento e outros agrupamentos, Estimar e comparar quantidades de objetos de dois conjuntos (no mínimo 20 elementos), por estimativa e/ ou por correspondência (um a uma, dois a dois) para indicar “tem mais”, “tem menos” ou “tem a mesma quantidade”. Construir fatos básicos da adição e da subtração e utilizá-los em procedimentos de cálculos mentais, escritos e para a resolução de problemas. Organizar e ordenar objetos do cotidiano ou representações por figuras, por meio de atributos, tais como cor, forma e medida. Descrever a localização de pessoas e de objetos no espaço em relação à sua própria posição e segundo um dado ponto de referência, utilizando termos como à direita, à esquerda, em frente, atrás, em cima, em baixo. Reconhecer e relacionar períodos do dia, dias da semana e meses do ano, utilizando calendário, quando necessário. Ler dados expressos em tabelas e em gráficos de colunas simples. Contar a quantidade de objetos de coleções e apresentar o resultado por registros verbais e simbólicos, em situações de seu interesse, como jogos, brincadeiras, materiais da sala de aula, entre outros. Comparar números naturais de até duas ordens em situações cotidianas, com e sem suporte da reta numérica. Resolver e elaborar situações problema de adição e subtração, com significados de juntar, acrescentar, separar e retirar, com o suporte de imagens e/ou material manipulável, utilizando estratégias e formas de registro pessoais. Produzir a escrita de uma data, apresentando o dia, o mês e o ano, e indicar o dia da semana de uma data, consultando calendários. Deverão ser trabalhadas nas oficinas aulas de Robótica para despertar, nos alunos, o interesse pela tecnologia, a confecção de jogos pedagógicos e brincadeiras relacionadas ao assunto em questão.



Município de Antônio Prado
Secretaria Municipal da Administração

		- <u>público alvo</u>: alunos do 1º ao 5º ano; - <u>metodologia</u>: aulas dinâmicas, usando o Chromebook e programas e aplicativos de programação como scratch ou pictoblox, instigando a criatividade, a capacidade de raciocínio lógico e a concentração. Introduzir e ampliar o conhecimento sobre robótica, elaborando construções, levantando e testando hipóteses, aguçando a curiosidade, trabalhando com a resolução de problemas e estimulando a criatividade e a inventividade, a partir de um trabalho colaborativo entre equipes. - <u>carga horária</u>: cada oficina será de 1h semanal por turma. Serão 5 turmas, ou seja, a carga horária total será de 5h semanais, mais 1h mensal para reunião pedagógica na escola; - <u>carga horária total</u>: 207 horas; - <u>turmas</u>: 5 turmas, com até 20 participantes cada turma; - <u>local</u>: Escola Municipal de Ensino Fundamental Nossa Senhora Aparecida; - <u>período de execução</u>: a partir da homologação da licitação até o final do ano letivo em dezembro de 2024, respeitando o Calendário Escolar; - <u>tópicos das aulas</u>: - números e operações; - formas geométricas; - medidas; - interpretação de dados; - estudo de variação; - raciocínio lógico; - robótica; - informática educativa; - maker. - <u>critérios de avaliação para a permanência na entrega do serviço</u>: - assiduidade, pontualidade e bom relacionamento; - articulação do conhecimento das oficinas com o currículo da Escola e a Base Nacional Comum Curricular - BNCC; - mobilidade às demandas da Escola; - entrega de planejamento inicial articulado ao Projeto Político Pedagógico da Escola, até 30 de abril de 2024; - deverão ser promovidas pelo menos duas apresentações públicas, incluídas na carga horária total da oficina, visando a integração social e cultural dos alunos atendidos no Turno Integral.
07	07	OFICINA DE TEATRO – deverão ser ministradas aulas que utilizem o teatro por meio de jogos dramáticos para fortalecer a relação entre os participantes e seu entorno escolar. - Encenar uma peça teatral com o intuito de vivenciar as partes que compõem uma peça teatral, fortalecendo assim o trabalho em equipe. Objetivos Específicos: - Utilizar a pedagogia teatral priorizando a vocação humana dos indivíduos por sobre a vocação artística-teatral. - Privilegiar o processo de aprendizado por sobre o resultado final. - Respeitar a natureza e possibilidades objetivas dos participantes segundo sua etapa de desenvolvimento, estimulando seus interesses e capacidades individuais e coletivas num clima de livre expressão. - <u>público alvo</u>: alunos de 11 a 16 anos, no máximo 30 alunos por turma; - <u>metodologia</u>: serão aulas teórico/práticas onde serão experimentados jogos teatrais e dramáticos e aulas expositivas relacionando os conteúdos as distintas linhas do pensamento teatral;



Município de Antônio Prado
Secretaria Municipal da Administração

		- <u>carga horária</u>: : 3 horas semanais, sendo 1h 30min na Escola Municipal de ensino Fundamental João XXIII e 1h 30min na Escola Municipal de Ensino Fundamental Nossa Senhora Aparecida; - <u>carga horária total</u>: 122 horas anuais; - <u>local</u>: Escola Municipal de Ensino Fundamental Nossa Senhora Aparecida e Escola Municipal de Ensino Fundamental João XXIII; - <u>período de execução</u>: a partir da homologação da licitação até o final do ano letivo em dezembro de 2024, respeitando o Calendário Escolar; - <u>tópicos das aulas</u>: - jogo teatral; - exercícios corporais que coloquem o participante em contato com seu próprio corpo e suas possibilidades; - voz e corpo como técnicas teatrais; - texto e montagem teatral; - materiais utilizados em aula; - metodologia. - deverão ser promovidas pelo menos duas apresentações públicas, incluídas na carga horária total da oficina, visando a integração social e cultural dos alunos. - <u>critérios de avaliação para a permanência na entrega do serviço</u>: - assiduidade, pontualidade e relacionamento; - mobilidade às demandas das Escolas; - deverá ser promovida pelo menos uma apresentação pública, incluída na carga horária total da oficina, visando a integração social e cultural dos alunos atendidos nas Oficinas.
08	08	OFICINA DE MUSICALIZAÇÃO EDUCAÇÃO INFANTIL – deverão ser ministradas aulas de musicalização com visão progressiva desde os dois anos até os cinco anos de idade. O início do trabalho musical deverá contemplar a socialização, respeitando as necessidades de cada faixa etária a ser trabalhada. As músicas utilizadas deverão ser são específicas para o trabalho em dupla ou em grupo. Em seguida deverão ser utilizadas músicas para desenvolver diversas aptidões da criança como: atenção, memória, cognição, concentração, percussão corporal e movimento. Sempre utilizando músicas específicas para executar a atividade proposta. Os instrumentos utilizados, serão para desenvolver musicalidade da criança trabalhando; tempo, ritmo, compasso, altura do som, intensidade do som, duração do som, melodia e a prática em grupo. - <u>público alvo</u>: alunos da Educação Infantil (2 a 5 anos) das Escolas Municipais de Ensino Fundamental João XXIII, Casa de Nazaré e Criança Feliz; - <u>metodologia</u>: o eixo de ensino é através da ludicidade, assim como os materiais usados em aula, aulas práticas e atividades em grupo; - <u>carga horária</u>: 6 horas semanais, sendo 1h na Escola Municipal de Ensino Fundamental João XXIII, 1h30min na Escola Municipal de Educação Infantil Criança Feliz e 3h30min da Escola Municipal de Educação Infantil Casa de Nazaré; - <u>carga horária total</u>: 492 horas anuais; - <u>turmas</u>: serão 7 turmas, na Escola Municipal de Educação Infantil Casa de Nazaré, 3 turmas na Escola Municipal de Educação Infantil Criança Feliz e 2 turmas na Escola Municipal de Ensino Fundamental João XXIII;



Município de Antônio Prado
Secretaria Municipal da Administração

		- <u>local</u>: Escola Municipal de Educação Infantil Casa de Nazaré, Escola Municipal de Educação Infantil Criança Feliz e Escola Municipal de Ensino Fundamental João XXIII; - <u>período de execução</u>: a partir da homologação da licitação até o final do ano letivo em dezembro de 2024, respeitando o Calendário Escolar; - <u>tópicos das aulas</u>: - sensibilização às propriedades do som (altura, duração, timbre e intensidade) e aos elementos que compõem a música (melodia, harmonia e ritmo); - exploração sonora; - expressão e percussão corporal; - canto; - jogos musicais; - materiais usados em aula; - deverão ser promovidas pelo menos duas apresentações públicas, incluídas na carga horária total da oficina, visando a integração social e cultural dos alunos atendidos no contraturno. - <u>critérios de avaliação para a permanência na entrega do serviço</u>: - assiduidade, pontualidade e relacionamento; - mobilidade às demandas das Escolas; - deverão ser promovidas pelo menos duas apresentações públicas, incluídas na carga horária total da oficina, visando a integração social e cultural dos alunos atendidos na Educação Infantil.
09	09	OFICINA DE MUSICALIZAÇÃO E ARTE – deverão ser ministradas aulas de musicalização lúdica com visão pedagógica de arte e educação para os alunos da Educação Infantil da Escola Municipal de Ensino Fundamental Nossa Senhora Aparecida, articuladas ao Projeto Político Pedagógico, com foco em um repertório que contemple a faixa etária dos alunos e a diversidade cultural brasileira. A fim de contemplar o trabalho que já é desenvolvido nos anos seguintes da escola, com visão artística pedagógica voltada para a criatividade. - <u>público alvo</u>: alunos da Educação Infantil (4 e 5 anos) da Escola Municipal de Ensino Fundamental Nossa Senhora Aparecida; - <u>metodologia</u>: breve exposição teórica, aulas práticas e trabalho em grupo; - <u>carga horária</u>: cada oficina será de 1h semanal por turma. Serão 3 turmas da Escola Municipal de Ensino Fundamental Nossa Senhora Aparecida, sendo que cada hora aula, será de 30min, a partir da assinatura do contrato até dezembro de 2024, respeitando o Calendário Escolar; - <u>carga horária total</u>: 74 horas anuais; - <u>turmas</u>: 3 turmas; - <u>local</u>: Escola Municipal de Ensino Fundamental Nossa Senhora Aparecida; - <u>período de execução</u>: a partir da homologação da licitação até o final do ano letivo em dezembro de 2024, respeitando o Calendário Escolar; - <u>tópicos das aulas</u>: - sensibilização às propriedades do som (altura, duração, timbre e intensidade) e aos elementos que compõem a música (melodia, harmonia e ritmo); - exploração sonora; - expressão e percussão corporal; - canto;



Município de Antônio Prado
Secretaria Municipal da Administração

		- jogos musicais; - deverão ser promovidas pelo menos duas apresentações públicas, incluídas na carga horária total da oficina, visando a integração social e cultural dos alunos atendidos no contraturno. - <u>critérios de avaliação para a permanência na entrega do serviço</u>: - assiduidade, pontualidade e bom relacionamento; - articulação do conhecimento das oficinas com o currículo da Escola e a Base Nacional Comum Curricular – BNCC; - mobilidade às demandas da Escola; - entrega de planejamento inicial articulado ao Projeto Político Pedagógico da Escola, até 30 de abril de 2024; - deverão ser promovidas pelo menos duas apresentações públicas, incluídas na carga horária total da oficina, visando a integração social e cultural dos alunos atendidos.
10	10	OFICINAS SOCIOEDUCATIVAS DE MUSICALIZAÇÃO PARA USUÁRIOS DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES – comunicar-se e relacionar-se de maneira para atender ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) para crianças e adolescentes de 06 (seis) a 17 (dezessete) anos, objetivando promover a convivência, a formação para a participação e cidadania, o desenvolvimento do protagonismo e da autonomia, a partir dos interesses, das demandas e das potencialidades dos usuários. As intervenções deverão ser pautadas em experiências lúdicas e culturais como formas de expressão, interação, aprendizagem, sociabilidade e proteção social, conforme prevê a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009), propiciando aos usuários outros olhares e outras percepções de mundo. - <u>modalidade</u>: coletivo, com até 20 participantes; - <u>faixa etária</u>: 06 a 17 anos; - <u>duração</u>: 1h30min por semana, sendo realizada uma vez por semana; - <u>período</u>: 10 meses; - <u>carga horária total</u>: 60 horas/aula; - <u>local</u>: CRAS Dorvalino Afonso de Nalle; - <u>dia da semana</u>: sexta-feira; - <u>turno</u>: tarde. - <u>resumo das atribuições</u>: - as oficinas de música deverão ter como princípio básico potencializar as habilidades já existentes em cada indivíduo, dentre elas: concentração, memorização, atenção, socialização, ritmo e percepção e desenvolvimento dos sentidos. Deverão também auxiliar no desenvolvimento de habilidades ao manusear e tocar instrumentos, dentre os quais: xilofones, instrumentos de percussão (tambores em geral) e ukulele; - ao final do período contratado a contratante deverá ter realizado 60 horas, sendo estas distribuídas em 40 encontros semanais, nas sextas-feiras, com duração de 1 hora e 30 minutos cada; - na execução do serviço contratado, a contratada deverá disponibilizar mensalmente lista de presença dos participantes com conteúdo ministrado e relatório de atividades; - a contratada deverá acompanhar os participantes durante as apresentações locais em eventos e em visitas institucionais;



Município de Antônio Prado
Secretaria Municipal da Administração

		- a contratada deverá realizar encontros mensais com técnico de referência do CRAS Dorvalino De Nalle; - a contratada deverá realizar encontros semestrais com os pais e/ou responsáveis; - a contratada deverá disponibilizar certificado de conclusão aos usuários que frequentarem o mínimo de 75%.
--	--	--

7.13. Das responsabilidades da licitante vencedora

7.13.1. A licitante vencedora compromete-se a executar fielmente o objeto contratado em conformidade com as disposições do ETP, deste Termo de Referência, do Contrato, do Edital e seus Anexos e de acordo com a proposta apresentada, verificando e atendendo aos seus critérios de qualidade.

8 – DO GESTOR E DO FISCAL DO CONTRATO

8.1. A gestão do contrato, lotes 01 a 09, ficará a cargo da Secretaria Municipal de Educação Cultura e Desporto e, lote 10, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania.

8.2. A fiscalização dos lotes 01 a 09 será realizada pelos servidores Marilene Rizzi e Edson Luiz Carra e do lote 10 pelas servidoras Simone Damin e Cristiane Marisa Donazzolo.

8.3. A gestão e a fiscalização do contrato deverá seguir o determinado no Decreto Municipal nº 789/2016.

9 – DO PAGAMENTO

9.1. Esta exigência consta no item 14 do Edital.

10 – ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES E VALORES A SEREM CONTRATADOS

10.1. As quantidades máximas a serem contratadas são as que constam no Anexo I do edital.

10.2. A estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculos e outros documentos que lhe dão suporte, constam somente no processo em questão, fase preparatória, devido à Administração optar por preservar o seu sigilo, desta forma o orçamento terá caráter sigiloso, conforme art. 24 da Lei Federal nº 14.133/2021.

11 – DA ENTREGA DAS AMOSTRAS

11.1. Esta exigência não se aplica a esta contratação.

12 – DAS MARCAS APROVADAS OU REPROVADAS

12.1. Esta exigência não se aplica a esta contratação.

13 – DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



Município de Antônio Prado
Secretaria Municipal da Administração

13.1. As despesas decorrentes desta contratação correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
Unidade Orçamentária: 02 – Gastos Constitucionais na Educação
Projeto/Atividade: 2046 – Manutenção da Educação Infantil Pré-escola
Elemento de Despesa: 3.3.90.39.05.00.00 – Serviços Técnicos Profissionais (2586)

Unidade Orçamentária: 03 – Gastos com recursos do FUNDEB
Projeto/Atividade: 2049 – Manutenção do Ensino Fundamental – FUNDEB
Elemento de Despesa: 3.3.90.39.05.00.00 – Serviços Técnicos Profissionais (2703)

Órgão: 09 – SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA
Unidade Orçamentária: 02 – Fundo da Assistência Social
Projeto atividade: 2060 – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV
Elemento de Despesa: 3.3.90.39.05.00.00 – Serviços Técnicos Profissionais (4573)

14 – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

14.1. Esta exigência não se aplica a esta contratação.

15 – DA CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO

15.1. O objeto desta contratação NÃO se enquadra como sendo bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 1.645/2022.

15.2. O objeto desta contratação se enquadra na descrição de bens e serviços comuns, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por edital, por meio de especificações usuais do mercado conforme o disposto no art. 6º, XIII, da Lei Federal nº 14.133/21 e no Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

16 – DA SUBCONTRATAÇÃO E DO CONSÓRCIO

16.1. É vedada a subcontratação ou transferência total ou parcial do objeto da licitação.

16.2. É vedada a participação de empresas reunidas em consórcio para o objeto da licitação, conforme definido no Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

17 – DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

17.1. Para o acompanhamento, fiscalização e recebimento do objeto desta licitação, a Administração designa servidor nomeado por Portaria, que fará o recebimento nos termos do artigo 140, I, "a" e "b", da Lei Federal nº 14.133/2021, da seguinte forma:

a) provisoriamente, em até 5 (cinco) dias consecutivos a contar da entrega do objeto, para efeito de posterior verificação da conformidade com o solicitado na licitação;

b) definitivamente, com a emissão do respectivo termo de recebimento, após a verificação da qualidade, características e quantidades do objeto e consequente aceitação, no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos contados após o recebimento provisório.



Município de Antônio Prado
Secretaria Municipal da Administração

b.1) na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

17.2. A fiscalização deverá seguir as normas estabelecidas neste Termo de Referência, no Edital e no Contrato.

17.3. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da licitante vencedora pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do Contrato.

17.4. Todo e qualquer fornecimento e/ou prestação dos serviços, fora do estabelecido no edital e seus anexos será, imediatamente, notificada a licitante vencedora, que ficará obrigada a adequá-los no prazo estipulado pelo Fiscal, ficando entendido que correrão por sua conta e risco tais adequações, sujeitando-se, também, às sanções previstas no edital.

18 – DAS OBRIGAÇÕES

18.1. Da Administração:

- a)** receber, fiscalizar, orientar, contestar, dirimir dúvidas emergentes da execução do objeto licitado;
- b)** receber o objeto e lavrar termo de recebimento provisório. Se o objeto não estiver de acordo com as especificações da Administração, rejeitá-lo, no todo ou em parte. Do contrário, após a análise de compatibilidade entre o registrado e o efetivamente entregue, será lavrado o termo de recebimento definitivo;
- c)** comunicar à licitante vencedora, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- d)** efetuar o pagamento à licitante vencedora no valor correspondente ao objeto, no prazo e forma estabelecidos no Termo de Referência;
- e)** a Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela licitante vencedora com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Edital, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da licitante vencedora, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

18.2. Da licitante vencedora:

- a)** cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus Anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda;
- b)** proceder à entrega do objeto no prazo e local fixados, acompanhado da respectiva nota fiscal;
- c)** considerar os preços propostos completos e suficientes para o fornecimento e/ou prestação dos serviços, sendo desconsiderada qualquer reivindicação de pagamento adicional devido ao erro ou à má interpretação de parte da licitante vencedora;



Município de Antônio Prado
Secretaria Municipal da Administração

- d)** arcar com os encargos previdenciários, fiscais (ICMS e outros), comerciais, trabalhistas, tributários, itens, embalagens, tarifas, fretes, seguros, descarga, transporte, material, responsabilidade civil e outros resultantes do contrato, bem como os riscos atinentes à atividade, inclusive quaisquer despesas que venham a incidir sobre o objeto desta licitação;
- e)** entende-se por encargos os tributos (impostos, taxas), contribuições fiscais e parafiscais, os instituídos por leis sociais, emolumentos, fornecimento de mão de obra especializada, administração, lucros, equipamentos e ferramental, transporte de material e de pessoal, estada, hospedagem, alimentação e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada neste Termo de Referência e seus anexos;
- f)** indenizar terceiros e à Administração os possíveis prejuízos ou danos, decorrentes de dolo ou culpa, durante o contrato, em conformidade com o artigo 120, da Lei Federal nº 14.133/2021;
- g)** arcar com todas as despesas necessárias à execução do objeto;
- h)** cumprir fielmente o Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- i)** substituir o objeto (avariado ou em desacordo) no prazo estabelecido neste Termo de Referência, ou não sendo possível, indenizar o valor correspondente acrescido de perdas e danos, mediante toda e qualquer impugnação feita pela Administração;
- j)** prestar informações sobre a utilização do objeto;
- k)** manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, durante toda a execução do Contrato em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- l)** responder pela qualidade, quantidade, validade, segurança e demais características do objeto, bem como a observação às normas técnicas;
- m)** informar ao setor financeiro da Secretaria requisitante, durante o período de vigência do Contrato, qualquer alteração de endereço, telefone, correio eletrônico (e-mail) ou outros dados.

19 – DO ATENDIMENTO AO DISPOSTO NA LEI FEDERAL Nº 13.709/2018 (LGPD) – LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

19.1. A licitante vencedora fica obrigada a:

- a)** cumprir as solicitações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);
- b)** cumprir com o estabelecido pela Administração para o tratamento de dados e dentro das finalidades necessárias ao cumprimento do objeto;
- c)** guardar o mais absoluto sigilo sobre os dados pessoais que lhes forem confiados por força da execução do contrato, estendendo tal obrigação a eventuais empregados, assumindo a responsabilidade e as consequências advindas da sua divulgação não autorizada ou utilização indevida, inclusive cível e penal;
- d)** não utilizar os dados obtidos por meio desse ajuste para finalidade diversa;



Município de Antônio Prado
Secretaria Municipal da Administração

- e) notificar a Administração em caso de vazamento de dados que conduza à destruição, perda, alteração ou divulgação não autorizada de dados, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contadas da descoberta da referida violação;
- f) fornecer informações úteis à Administração sobre a natureza e âmbito dos Dados Pessoais possivelmente afetados e as medidas corretivas tomadas ou planejadas;
- g) implementar medidas corretivas a fim de impedir violações e a fim de limitar o seu impacto sobre os titulares de dados, na medida do possível.

20 – DO REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO

20.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de 12 (doze) meses contados da data da proposta.

20.2. Após o intervalo de 12 (doze) meses, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, da média dos índices IPCA e IGPM, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

20.2.1. O reajuste deverá ser pleiteado, protocolizando-o no Departamento de Compras e Licitações, até o término do contrato ou até a data da prorrogação contratual subsequente, sendo que, se não for de forma tempestiva, haverá a preclusão do direito ao reajuste.

20.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de 12 (doze) meses será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

20.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

20.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

20.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

20.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

20.8. O reajuste ou a repactuação de preços previstos no próprio contrato serão realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo.

Adriana Sartori
Secretária de Educação, Cultura e Desporto

Andreza Cearon
Diretora de Ensino

Priscila Salamon
Secretária de Assistência Social e Cidadania



Município de Antônio Prado
Secretaria Municipal da Administração

PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2024

ANEXO III

CREDENCIAMENTO

(Razão social da licitante) _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, sediada na _____, neste ato representada pelo Sr. _____, portador da cédula de identidade nº _____, residente e domiciliado na _____, inscrito no CPF sob o nº _____, detentor de amplos poderes para nomeação de representante para que lhe faça as vezes para fins licitatórios, confere-os à _____, portador da cédula de identidade nº _____, e inscrito no CPF sob o nº _____ com o fim específico de representar a outorgante perante o Município de Antônio Prado, no Pregão Presencial nº 005/2024, podendo assim retirar editais, propor seu credenciamento e oferta em lances verbais em nome da representada, e ainda assinar atas, contratos de fornecimento de materiais ou prestação de serviços, firmar compromissos, enfim, todos aqueles atos que se fizerem necessários para o bom e fiel cumprimento do presente mandato.

_____, ____ de _____ de _____.

Outorgante

Outorgado



Município de Antônio Prado
Secretaria Municipal da Administração

PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2024

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO PARA ME OU EPP

(Razão social da licitante) _____, através de seu Responsável Legal e Contador, declara, sob as penas da lei, que:

a) enquadra-se na situação de:

() Microempresa; **ou**

() Empresa de Pequeno Porte;

b) o valor da receita bruta anual da sociedade, no último exercício, não excedeu o limite fixado nos incisos I e II, art. 3º, da Lei Complementar Federal nº 123/2006;

c) não se enquadra em quaisquer das hipóteses de exclusão relacionadas no art. 3º, § 4º, incisos I a XI, da mesma Lei.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

(data)

(representante legal)

Nome completo, número de inscrição no Conselho Regional de Contabilidade e assinatura do contador ou técnico contábil da licitante.

LEMBRETE: *Essa declaração deverá ser entregue ao Pregoeiro fora dos envelopes de proposta e documentação, juntamente com o Credenciamento.*



Município de Antônio Prado
Secretaria Municipal da Administração

PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2024

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO PARA MEI

(Razão social da licitante) _____, por meio de seu Responsável Legal, declara, sob as penas da lei, que:

- a) enquadra-se na situação de microempreendedor individual;
- b) o valor da receita bruta anual, no último exercício, não excedeu o limite fixado no art. 18-A, § 1º e § 2º, da Lei Complementar nº 123/06;
- c) não se enquadra em quaisquer das hipóteses de exclusão relacionadas no art. 18-A, § 4º, incisos I a IV, da mesma Lei;
- d) possui, no máximo, 1 (um) empregado e que este recebe exclusivamente 1 (um) salário mínimo ou o piso salarial da categoria profissional;
- e) exerce tão-somente atividades constantes do Anexo Único da Resolução CGSN no 78, de 13 de setembro de 2010.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

(data)

(representante legal)

LEMBRETE: *Essa declaração deverá ser entregue ao Pregoeiro fora dos envelopes de proposta e documentação, juntamente com o Credenciamento*



Município de Antônio Prado
Secretaria Municipal da Administração

PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2024

ANEXO VI

DECLARAÇÃO CONJUNTA DE ATENDIMENTO ÀS CONDIÇÕES DESTE EDITAL

(Razão social da licitante) _____, através de seu responsável legal, declara, sob as penas da lei:

- a)** que está ciente e concorda com as condições contidas neste edital e seus anexos;
- b)** que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição da República;
- c)** que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição da República;
- d)** que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- e)** que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição da República, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- f)** que não foi declarada INIDÔNEA para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- g)** que não possuímos em nosso quadro funcionário que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente da Administração ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos da legislação que disciplina a matéria, inciso IV do Art. 14, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Por ser expressão de verdade, firmamos a presente.

(data)

(representante legal)



Município de Antônio Prado
Secretaria Municipal da Administração

PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2024

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE PESSOAL TÉCNICO

(Razão social da licitante) _____, através de seu responsável legal, declaramos, sob as penas da lei, que possuímos em nosso quadro de pessoal o(s) seguinte(s) funcionário(s) disponível(eis) para a prestação dos serviços solicitados:

Lote _____

Oficina de _____

(Nome do funcionário – CPF) _____

(Qualificação técnica) _____

Lote _____

Oficina de _____

(Nome do funcionário – CPF) _____

(Qualificação técnica) _____

Lote _____

Oficina de _____

(Nome do funcionário – CPF) _____

(Qualificação técnica) _____

Lote _____

Oficina de _____

(Nome do funcionário – CPF) _____

(Qualificação técnica) _____

Declaramos, além disso, que o(s) mesmo(s) estará(ão) disponível(eis) para a realização do objeto da licitação.

Por ser expressão de verdade, firmamos a presente.

(data)

(representante legal)



Município de Antônio Prado
Secretaria Municipal da Administração

PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2024

ANEXO VIII

DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO DO EDITAL

Declaramos, sob as penas da lei, que temos pleno conhecimento dos serviços a serem realizados e acompanhados, dos critérios para a prestação dos mesmos, e nos sujeitamos a todas as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

(data)

(representante legal)



Município de Antônio Prado
Secretaria Municipal da Administração

PROCESSO Nº 032/2024

PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2024

ANEXO IX

Minuta: CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº ____/2024

EMENTA: Contrato que celebram entre si o MUNICÍPIO DE ANTÔNIO PRADO e a empresa _____ para a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviço de instrutor habilitado para atuar em oficinas pedagógicas para os alunos das escolas municipais e oficinas socioeducativas para usuários do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes.

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE ANTÔNIO PRADO/RS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 87.842.233/0001-10, com sede na Rua Francisco Marcantônio, nº 57, Centro, Município de Antônio Prado/RS, representando neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. **ROBERTO JOSÉ DALLE MOLLE**, brasileiro, casado, administrador de empresa e empresário, RG nº 5002130697, CPF nº 208.049.970-04, residente e domiciliado na Rua Luiz Zamboni, nº 71, Bairro Fátima, nesta cidade, CEP nº 95250-000.

CONTRATADA: A empresa _____, com sede na Rua _____, nº _____, bairro _____, CEP: _____, na cidade de _____/_____, telefone (____) _____, CNPJ nº _____, representada neste ato por seu _____ (qualificação), inscrito no CPF nº _____, com endereço na Rua _____, nº _____, na cidade de _____/_____.

Nos termos do Processo Licitatório, na modalidade de Pregão Presencial nº 005/2024, Processo nº 032/2024, bem como, das normas da Lei Federal 14.133/2021 e demais legislações aplicáveis, firmam o presente contrato mediante as cláusulas e condições abaixo.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a **contratação de pessoa jurídica para prestação de serviço de instrutor habilitado para atuar em oficinas pedagógicas para os alunos das escolas municipais e oficinas socioeducativas para usuários do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes**, conforme especificações descritas no Parágrafo Primeiro desta cláusula, de acordo com este Contrato, e proposta da CONTRATADA, que são partes deste instrumento, independente de transcrição.

Parágrafo primeiro. O CONTRATANTE pagará o preço ofertado na proposta da CONTRATADA, conforme segue:



Município de Antônio Prado
Secretaria Municipal da Administração

LOTE	ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UND	QUANT	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	1	OFICINA DE MUSICALIZAÇÃO – TURNO INTEGRAL – Conforme as especificações técnicas constantes no Anexo I deste contrato.	HORA	207		
2	2	OFICINA DE CRIATIVIDADE – TURNO INTEGRAL – Conforme as especificações técnicas constantes no Anexo I deste contrato.	HORA	207		
3	3	OFICINA DE TRADIÇÕES GAÚCHAS – TURNO INTEGRAL – Conforme as especificações técnicas constantes no Anexo I deste contrato.	HORA	207		
4	4	OFICINA DE DANÇA – TURNO INTEGRAL – Conforme as especificações técnicas constantes no Anexo I deste contrato.	HORA	207		
5	5	OFICINA DE LINGUAGEM – TURNO INTEGRAL – Conforme as especificações técnicas constantes no Anexo I deste contrato.	HORA	207		
6	6	OFICINA DE RACIOCÍNIO LÓGICO MATEMÁTICO E ROBÓTICA – TURNO INTEGRAL – Conforme as especificações técnicas constantes no Anexo I deste contrato.	HORA	207		
7	7	OFICINA DE TEATRO – Conforme as especificações técnicas constantes no Anexo I deste contrato.	HORA	122		
8	8	OFICINA DE MUSICALIZAÇÃO – EDUCAÇÃO INFANTIL – Conforme as especificações técnicas constantes no Anexo I deste contrato.	HORA	492		



Município de Antônio Prado
Secretaria Municipal da Administração

9	9	OFICINA DE MUSICALIZAÇÃO E ARTE – EDUCAÇÃO INFANTIL – Conforme as especificações técnicas constantes no Anexo I deste contrato.	HORA	74		
10	10	OFICINA SOCIOEDUCATIVA DE MUSICALIZAÇÃO – Conforme as especificações técnicas constantes no Anexo I deste contrato.	MÊS	10		

Parágrafo segundo. O valor global deste contrato é de R\$ _____ (_____).

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em até **20 (vinte) dias**, após o recebimento da nota fiscal e liquidação da despesa, observando a ordem cronológica para cada fonte de recursos e categoria de contato.

Parágrafo primeiro. A CONTRATADA deverá manter atualizada a conta corrente junto ao cadastro do CONTRATANTE durante toda a vigência do contrato.

Parágrafo segundo. O CONTRATANTE reterá a quantia correspondente aos tributos incidentes sobre a prestação de serviços, sempre que a legislação tributária assim determinar.

Parágrafo terceiro. Será de integral responsabilidade da CONTRATADA o pagamento dos tributos e contribuições que incidam ou venham a incidir sobre os serviços prestados e os valores recebidos.

Parágrafo quarto. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, devendo a CONTRATADA destacar no documento fiscal a retenção do IRPJ – Imposto de Renda Pessoa Jurídica, indicando a respectiva alíquota na forma do Anexo I da IN RFB nº 1.234/2012, de acordo com Decreto Municipal nº 1.698/2022, e se for o caso, a retenção para a Previdência Social e o ISSQN – Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, com destaque conforme a legislação vigente.

Parágrafo quinto. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Parágrafo sexto. Para receber o pagamento, deverá:

- a) a nota fiscal/fatura, ser devidamente atestada por servidor do CONTRATANTE e contendo o número do contrato;
- b) o termo de liberação de pagamento emitido pela Secretaria competente.



Município de Antônio Prado
Secretaria Municipal da Administração

Parágrafo sétimo. Para fins de pagamento e de liquidação do empenho, a CONTRATADA deverá observar a obrigatoriedade de utilização da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), conforme legislação tributária em vigor.

Parágrafo oitavo. Sempre que for necessária, a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) deverá ser enviada pela CONTRATADA para o e-mail a ser informado pela fiscalização.

Parágrafo nono. As notas fiscais/faturas deverão ser emitidas pela própria CONTRATADA, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e na proposta de preço, não se admitindo notas fiscais emitidas com outro CNPJ mesmo aquele de filial ou da matriz.

Parágrafo décimo. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, devidamente identificado, na nota fiscal apresentada e depois de verificada a regularidade fiscal da CONTRATADA.

Parágrafo décimo primeiro. Os preços propostos serão considerados completos e suficientes para a execução do objeto deste contrato, sendo desconsiderada qualquer reivindicação de pagamento adicional devido ao erro ou à má interpretação por parte da CONTRATADA.

Parágrafo décimo segundo. É vedado à CONTRATADA transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes deste contrato.

Parágrafo décimo terceiro. A critério do CONTRATANTE, poderão ser descontadas, dos valores devidos, as quantias necessárias para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros ou outras de responsabilidade da CONTRATADA.

Parágrafo décimo quarto. O desconto de qualquer valor no pagamento devido à CONTRATADA, será precedido de processo administrativo em que será garantido o contraditório e a ampla defesa, com os recursos e meios que lhe são inerentes.

Parágrafo décimo quinto. A não manutenção das condições de habilitação e qualificação, constatadas a qualquer tempo, poderá resultar na aplicação de sanções e na rescisão contratual.

Parágrafo décimo sexto. Caso constatado, no momento do pagamento, a irregularidade quanto à manutenção das condições de habilitação, a CONTRATADA será notificada para que regularize a situação no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, ou no mesmo prazo apresente sua defesa.

Parágrafo décimo sétimo. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do CONTRATANTE, a depender de justificativa apresentada pela CONTRATADA.

Parágrafo décimo oitavo. Persistindo a irregularidade, o CONTRATANTE adotará as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

Parágrafo décimo nono. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação.



Município de Antônio Prado
Secretaria Municipal da Administração

Parágrafo vigésimo. Será rescindido o contrato em execução com a CONTRATADA irregular, salvo por motivo de economicidade, segurança municipal ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade do CONTRATANTE.

Parágrafo vigésimo primeiro. A CONTRATADA não poderá estar em débito com a Fazenda Municipal, sob pena de bloqueio e/ou compensação no pagamento a que fizer jus, salvo quando for insuficiente o valor para compensar todo o débito.

Parágrafo vigésimo segundo. Ocorrendo eventual atraso de pagamento provocado exclusivamente pelo CONTRATANTE, o valor devido será corrigido monetariamente pelo IPCA/IBGE do período, ou pelo índice que vier a substituí-lo, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, e o CONTRATANTE compensará a CONTRATADA com juros de mora de 0,5% ao mês, pro rata die.

Parágrafo vigésimo terceiro. Será considerado como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

Parágrafo vigésimo quarto. Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos deverão ser instruídos com as justificativas e motivos, e ser submetidos à apreciação da autoridade superior competente, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa.

Parágrafo vigésimo quinto. Para fins de pagamento, a CONTRATADA, após a homologação, deverá informar ao Setor Financeiro da Secretaria requisitante o banco, nº da agência e o nº da conta, na qual será realizado o depósito correspondente. A referida conta deverá estar em nome da pessoa jurídica, ou seja, da CONTRATADA.

Parágrafo vigésimo sexto. Para fins de adjudicação, homologação e empenho, o preço do lote poderá sofrer, automaticamente, uma pequena variação para menos, resultante da necessidade de serem obtidos valores que atendam as configurações do sistema de gestão do CONTRATANTE.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

Parágrafo primeiro. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a CONTRATADA providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

Parágrafo segundo. Quando a não conclusão do contrato referida no parágrafo anterior decorrer de culpa da CONTRATADA:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;
- b) poderá o CONTRATANTE optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.



Município de Antônio Prado
Secretaria Municipal da Administração

Parágrafo terceiro. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo quarto. Na hipótese prevista no parágrafo anterior, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

Parágrafo quinto. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

Parágrafo sexto. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica CONTRATADA, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

Parágrafo sétimo. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- a) balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) indenizações e multas.

Parágrafo oitavo. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei Federal nº 14.133/2021).

Parágrafo nono. O contrato poderá ser extinto caso se constate que a CONTRATADA mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021).

CLÁUSULA QUARTA – DAS SANÇÕES

A CONTRATADA que cometer qualquer conduta que infrinja as condições e prazos estabelecidos no instrumento, em contrato ou na legislação atinente à execução do objeto, ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, conforme disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, às sanções a seguir estabelecidas, aplicáveis após regular Processo Administrativo de Penalização de fornecedor.

I – ADVERTÊNCIA ESCRITA em razão de falhas que não caibam a aplicação de sanção mais grave em virtude de serem corrigidas no prazo estipulado pela fiscalização.

II – MULTA por descumprimento de prazos e condições ajustados, conforme classificação de gravidade da inconformidade diagnosticada pelo CONTRATANTE, seguindo, ainda a tabela de classificação de inconformidades integrante deste item, nos seguintes termos:

- a) para inconformidade **LEVE**, será aplicada multa na razão de 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia, sobre o valor global do item, até 30 (trinta) dias de atraso, podendo, justificadamente, ser cancelada a nota de empenho, a autorização de compra ou outro



Município de Antônio Prado
Secretaria Municipal da Administração

instrumento hábil, cancelado o registro de preços do fornecedor ou do item/grupo, e/ou rescindido o contrato, nas seguintes situações:

- a1)** pela não entrega da documentação exigida para o certame, nos prazos previstos;
- a2)** pelo retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.

b) para inconformidade **MODERADA**, será aplicada multa de 10% (dez por cento), sobre o valor da parcela inadimplida, podendo, justificadamente, ser cancelada a nota de empenho, a autorização de compra ou outro instrumento hábil, cancelado o registro de preços do fornecedor ou do item/grupo, e/ou rescindido o contrato, nas seguintes situações:

- b1)** pela entrega do objeto em desacordo com o solicitado, quando não houver a pronta adequação no prazo fixado;
- b2)** pela não manutenção da proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- b3)** pela subcontratação de serviços quando não permitidos.

c) para inconformidade **GRAVE**:

- c1)** será aplicada multa de 15% (quinze por cento), sobre o valor global do item, pela não celebração do contrato ou não entrega da documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- c2)** será aplicada multa de 0,10% (dez décimos por cento), ao dia, sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30% (trinta por cento), pelo atraso injustificado na entrega do objeto, em prazo superior a 30 (trinta) dias consecutivos;
- c3)** será aplicada multa de 15% (quinze por cento) da parcela inadimplida, podendo, também, ser cancelada a nota de empenho, a autorização de compra ou outro instrumento hábil, cancelado o registro de preços do fornecedor ou do item, e/ou rescindido o contrato, pela inexecução parcial do objeto, salvo quando causar grave dano ao CONTRATANTE, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, será aplicada a penalidade correspondente.

d) para inconformidade **GRAVÍSSIMA**:

- d1)** será aplicada multa de 20% (vinte por cento) da parcela inadimplida, podendo, também, ser cancelada a nota de empenho, a autorização de compra ou outro instrumento hábil, cancelado o registro de preços do fornecedor ou do item/grupo, e/ou rescindido o contrato, pela inexecução total do objeto;
- d2)** será aplicada multa de 30% (trinta por cento) da parcela inadimplida, podendo, também, ser cancelada a nota de empenho, a autorização de compra ou outro instrumento hábil, cancelado o registro de preços do fornecedor ou do item, e/ou rescindido o contrato, pela inexecução parcial do objeto que cause grave dano ao CONTRATANTE, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.



Município de Antônio Prado
Secretaria Municipal da Administração

d3) Quando da reincidência em irregularidades será dobrada a multa correspondente à infração cometida conforme subitens anteriores, até o limite de 30% (trinta por cento).

III – IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR com o CONTRATANTE pelo prazo de até 3 (três) anos, bem como demais cominações legais, quando a CONTRATADA:

- a)** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- b)** dar causa à inexecução total ou parcial do objeto;
- c)** dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano ao CONTRATANTE, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- d)** deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e)** não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f)** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

IV – IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR com o CONTRATANTE pelo prazo de até 6 (seis) anos, bem como demais cominações legais, quando a CONTRATADA:

- a)** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o procedimento ou a execução do contrato;
- b)** fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c)** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d)** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- e)** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013;
- f)** ocorrer em 1 (uma) infração enquadrada como gravíssima **ou** 2 (duas) infrações enquadradas como grave **ou** 3 (três) infrações enquadradas como moderada aplicáveis após regular Processo Administrativo **ou** 4 (quatro) infrações enquadradas como leve, **ou**, independente do grau, no caso da ocorrência de 5 (cinco) infrações.

V – DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a empresa executora ressarcir o CONTRATANTE pelos prejuízos causados e após decorrido o prazo da penalidade de suspensão do subitem anterior.

Parágrafo primeiro. Será facultada à CONTRATADA, nos termos da lei, apresentação de defesa prévia, na ocorrência de quaisquer das situações previstas neste Contrato.



Município de Antônio Prado
Secretaria Municipal da Administração

Parágrafo segundo. As multas e seu pagamento não eximirão a CONTRATADA de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos, decorrentes das infrações cometidas.

Parágrafo terceiro. Caso a multa não seja quitada em até 15 (quinze) dias contados da emissão da guia de recolhimento, estará sujeita à atualização monetária com base no mesmo índice previsto no subitem de reajuste (ou de pagamento).

CLÁUSULA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES

Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.

Parágrafo primeiro. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

Parágrafo segundo. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO

Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei Federal nº 12.527/2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº 7.724/2012, além do Decreto Municipal nº 586/2014.

CLÁUSULA OITAVA – DAS VEDAÇÕES

É vedado à CONTRATADA:

- a) caucionar ou utilizar este contrato para qualquer operação financeira;
- b) interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte do CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA NONA – DAS DEMAIS CONDIÇÕES

Todas as demais condições constam no Anexo I deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Antônio Prado/RS, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.



Município de Antônio Prado
Secretaria Municipal da Administração

E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento, para que produza todos os jurídicos e legais efeitos.

Antônio Prado/RS, ____ de _____ de 2024.

MUNICÍPIO DE ANTÔNIO PRADO – RS
ROBERTO JOSÉ DALLE MOLLE – Prefeito Municipal
Contratante

Contratada

Visto – Assessoria Jurídica

Testemunhas:

CPF:

CPF:



Município de Antônio Prado
Secretaria Municipal da Administração

ANEXO I – DO CONTRATO

1 – DOS REQUISITOS E MODELO DE EXECUÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO / EXECUÇÃO

1.1. Do prazo de execução

1.1.1. O prazo para execução será a partir da assinatura do contrato até dezembro de 2024.

1.1.2. A solicitação de fornecimento, a nota de empenho, autorização de compra ou outro instrumento hábil será enviada à CONTRATADA via correio eletrônico (*e-mail*), contendo a indicação do item, quantidade, valor, local e prazo de entrega.

1.1.3. Como condição de fornecimento, durante a vigência do contrato, a CONTRATADA deverá manter as mesmas condições de habilitação.

1.2. Do local de execução

1.2.1. O **local e horário de realização das oficinas** será conforme o definido na especificação técnica constante no item 1.6 deste contrato.

1.2.2. Abaixo consta o endereço dos locais onde serão realizadas as oficinas.

Local	Endereço	Servidor Responsável
Escola Municipal de Ensino Fundamental Nossa Senhora Aparecida.	Rua Luiz Marcantônio Grezzana, nº 250, bairro Aparecida, Antônio Prado/RS.	Marilene Rizzi
Escola Municipal de Ensino Fundamental João XXIII.	Rua Vicente Palombini, nº 493, bairro Centro, Antônio Prado/RS.	Edson Luiz Carra
Escola Municipal de Educação Infantil Casa de Nazaré.	Rua Vitorino Monteiro, nº 1402, bairro Aparecida, Antônio Prado/RS.	Edevilde Troian Marsilio
Escola Municipal de Educação Infantil Criança Feliz.	Rua Waldemar Mansueto Grazziotin, nº 20, bairro Centro, Antônio Prado/RS.	Jussara Bressan Slongo
Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania.	Rua 7 de Setembro, nº 976, bairro Fátima, Antônio Prado/RS.	Simone Damin

1.2.3. O servidor aqui citado trata-se do responsável das secretarias e escolas pelo acompanhamento dos oficineiros.

1.3. Das condições da execução

1.3.1. Será avaliada se a execução do serviço prestado está de acordo com o que foi contratado.

1.3.2. Todo e qualquer serviço realizado fora do estabelecido neste contrato será, imediatamente, notificada a CONTRATADA que ficará obrigada a realizar o serviço no



Município de Antônio Prado
Secretaria Municipal da Administração

prazo estipulado pelo fiscal do contrato, ficando entendido que correrá por sua conta e risco tal mão de obra, sujeitando-se, também, às sanções previstas neste contrato.

1.4. Da substituição do objeto

1.4.1. Se constado que o serviço não está sendo realizado conforme o solicitado, a CONTRATADA será notificada para que refaça o serviço, devendo atender plenamente ao solicitado, sob pena de aplicação das penalidades previstas no contrato.

1.5. Da vigência do contrato

1.5.1. O contrato entrará em vigor na data da assinatura e terá vigência até **31 de dezembro de 2024**.

1.5.2. Se por algum motivo superveniente a vigência precisar ser alterada, deverá ser efetuado aditamento a este contrato.

1.6. Das especificações técnicas

1.6.1. As especificações técnicas para realização dos serviços devem atender ao especificado no quadro abaixo:

Lote	Item	Especificação
01	01	OFICINA DE MUSICALIZAÇÃO – TURNO INTEGRAL – deverão ser ministradas aulas de musicalização com visão pedagógica de arte e educação com foco em um repertório que contemple a faixa etária dos alunos e a diversidade cultural brasileira. Oicineiro será responsável pela elaboração e cumprimento do planejamento das aulas, pelo acompanhamento e registro de frequência dos participantes das oficinas e pelo acompanhamento do grupo em apresentações. - <u>público alvo</u>: alunos do 1º ao 5º ano; - <u>metodologia</u>: breve exposição teórica, aulas práticas e trabalho em grupo; - <u>carga horária</u>: cada oficina será de 1h semanal por turma. Serão 5 turmas, ou seja, a carga horária total será de 5h semanais, mais 1h mensal para reunião pedagógica na escola; - <u>carga horária total</u>: 207 horas; - <u>turmas</u>: 5 turmas, com até 20 participantes cada turma; - <u>local</u>: Escola Municipal de Ensino Fundamental Nossa Senhora Aparecida; - <u>período de execução</u>: a partir da homologação da licitação até o final do ano letivo em dezembro de 2024, respeitando o Calendário Escolar; - <u>tópicos das aulas</u>: - sensibilização às propriedades do som (altura, duração, timbre e intensidade) e aos elementos que compõem a música (melodia, harmonia e ritmo); - exploração sonora; - expressão e percussão corporal; - canto; - jogos musicais; - deverão ser promovidas pelo menos duas apresentações públicas, incluídas na carga horária total da oficina, visando a integração social e cultural dos alunos atendidos no contraturno.



Município de Antônio Prado
Secretaria Municipal da Administração

		- <u>critérios de avaliação para a permanência na entrega do serviço:</u> - assiduidade, pontualidade e bom relacionamento; - articulação do conhecimento das oficinas com o currículo da Escola e a Base Nacional Comum Curricular – BNCC; - mobilidade às demandas da Escola; - entrega de planejamento inicial articulado ao Projeto Político Pedagógico da Escola, até 30 de abril de 2024; - deverão ser promovidas pelo menos duas apresentações públicas, incluídas na carga horária total da oficina, visando a integração social e cultural dos alunos atendidos.
02	02	OFICINA DE CRIATIVIDADE – deverão ser ministradas aulas que englobem muitos processos significativos com construções inovadoras a partir de materiais já existentes. Através do brincar o objetivo é construir oficinas que promovam a criatividade por meio de intervenções educativas como, por exemplo, o projeto TiNis – Terra das Crianças, criação de um laboratório com interação de materiais não estruturados entre outras intervenções significativas de acordo com cada faixa etária dos estudantes. As atividades serão estruturadas a partir de quatro pilares de processos criativos: a escrita, a leitura, o raciocínio lógico e a aplicação do conhecimento. - <u>público alvo</u>: alunos do 1º ao 5º ano; - <u>metodologia</u>: breve exposição teórica, aulas práticas e trabalho em grupo; - <u>carga horária</u>: cada oficina será de 1h semanal por turma. Serão 5 turmas, ou seja, a carga horária total será de 5h semanais, mais 1h mensal para reunião pedagógica na escola; - <u>carga horária total</u>: 207 horas; - <u>turmas</u>: 5 turmas, com até 20 participantes cada turma; - <u>local</u>: Escola Municipal de Ensino Fundamental Nossa Senhora Aparecida; - <u>período de execução</u>: a partir da homologação da licitação até o final do ano letivo em dezembro de 2024, respeitando o Calendário Escolar; - <u>tópicos das aulas</u>: - construção de jogos (com materiais não estruturados); - escrita (a partir do concreto produzido na oficina); - criança e natureza (processo criativo com a produção de canteiros com plantação de PANCs, hortaliças, temperos, chás); - arte (o desenho, a escultura, a produção artística infantil e juvenil, audiovisual, leitura, escrita); - <u>critérios de avaliação para a permanência na entrega do serviço:</u> - assiduidade, pontualidade e bom relacionamento; - articulação do conhecimento das oficinas com o currículo da Escola e a Base Nacional Comum Curricular - BNCC; - mobilidade às demandas da Escola; - entrega de planejamento inicial articulado ao Projeto Político Pedagógico da Escola, até 30 de abril de 2024; - deverão ser promovidas pelo menos duas apresentações públicas, incluídas na carga horária total da oficina, visando a integração social e cultural dos alunos atendidos no Turno Integral.
03	03	OFICINA DE TRADIÇÕES GAÚCHAS – deverão ser ministradas aulas que contemplem a preservação, o resgate e o desenvolvimento da cultura gaúcha, compreender que o tradicionalismo é um organismo social de natureza



Município de Antônio Prado
Secretaria Municipal da Administração

		nativista, cívica, cultural, literária, artística e folclórica. As atividades deverão ser voltadas à história do tradicionalismo, cultura, culinária, preparo do chimarrão, indumentária, declamação, chula, nós de lenços, danças, lendas e contos voltados a tradição gaúcha. Com foco em um repertório que contemple a faixa etária dos alunos e a diversidade cultural brasileira, que será responsável pela elaboração e cumprimento do planejamento das aulas, pelo acompanhamento e registro de frequência dos participantes das oficinas e pelo acompanhamento do grupo em apresentações. - <u>público alvo</u>: alunos do 1º ao 5º ano; - <u>metodologia</u>: breve exposição teórica, aulas práticas e trabalhos em grupo; - <u>carga horária</u>: cada oficina será de 1h semanal por turma. Serão 5 turmas, ou seja, a carga horária total será de 5h semanais, mais 1h mensal para reunião pedagógica na escola; - <u>carga horária total</u>: 207 horas; - <u>turmas</u>: 5 turmas, com até 20 participantes cada turma; - <u>local</u>: Escola Municipal de Ensino Fundamental Nossa Senhora Aparecida; - <u>período de execução</u>: a partir da homologação da licitação até o final do ano letivo em dezembro de 2024, respeitando o Calendário Escolar; - <u>tópicos das aulas</u>: - história do tradicionalismo; - cultura; - culinária; - preparo do chimarrão; - indumentária; - declamação; - chula; - nós de lenços; - danças; - lendas e contos voltados a tradição gaúcha; - <u>deverão ser promovidas pelo menos duas apresentações públicas, incluídas na carga horária total da oficina, visando a integração social e cultural dos alunos atendidos no contraturno.</u> - <u>critérios de avaliação para a permanência na entrega do serviço</u>: - assiduidade, pontualidade e bom relacionamento; - articulação do conhecimento das oficinas com o currículo da Escola e a Base Nacional Comum Curricular – BNCC; - mobilidade às demandas da Escola; - entrega de planejamento inicial articulado ao Projeto Político Pedagógico da Escola, até 30 de abril de 2024; - deverão ser promovidas pelo menos duas apresentações públicas, incluídas na carga horária total da oficina, visando a integração social e cultural dos alunos atendidos.
04	04	OFICINA DE DANÇA – deverão ser ministradas aulas com foco em um repertório que contemple a faixa etária dos alunos e a diversidade cultural brasileira, que será responsável pela elaboração e cumprimento do planejamento das aulas, pelo acompanhamento e registro de frequência dos participantes das oficinas e pelo acompanhamento do grupo em apresentações. A dança não se resume simplesmente à aquisição ou desenvolvimento de habilidades, e sim, contribui para o aprimoramento das habilidades básicas, dos padrões fundamentais do movimento, para o



Município de Antônio Prado
Secretaria Municipal da Administração

		desenvolvimento das potencialidades humanas e da relação do indivíduo com os outros e com o mundo. Assim, esta oficina deverá contemplar a pluralidade de linguagens e estilos de dança, assegurando aos/às alunos/as atendidos/as a ampla diversidade de possibilidades de fruição e acesso, desenvolvendo, no mínimo, os seguintes tópicos: - <u>público alvo</u>: alunos do 1º ao 5º ano; - <u>metodologia</u>: breve exposição teórica, aulas práticas e trabalho em grupo voltado a dança; - <u>carga horária</u>: cada oficina será de 1h semanal por turma. Serão 5 turmas, ou seja, a carga horária total será de 5h semanais, mais 1h mensal para reunião pedagógica na escola; - <u>carga horária total</u>: 207 horas; - <u>turmas</u>: 5 turmas, com até 20 participantes cada turma; - <u>local</u>: Escola Municipal de Ensino Fundamental Nossa Senhora Aparecida; - <u>período de execução</u>: a partir da homologação da licitação até o final do ano letivo em dezembro de 2024, respeitando o Calendário Escolar; - <u>tópicos das aulas</u>: - danças brasileiras; - danças urbanas; - dança contemporânea. - <u>critérios de avaliação para a permanência na entrega do serviço</u>: - assiduidade, pontualidade e bom relacionamento; - articulação do conhecimento das oficinas com o currículo da Escola e a Base Nacional Comum Curricular - BNCC; - mobilidade às demandas da Escola; - entrega de planejamento inicial articulado ao Projeto Político Pedagógico da Escola, até 30 de abril de 2024; - deverão ser promovidas pelo menos duas apresentações públicas, incluídas na carga horária total da oficina, visando a integração social e cultural dos alunos atendidos no Turno Integral.
05	05	OFICINA DE LINGUAGEM – deverão ser ministradas aulas através do jogo, do fazer, do brincar, do representar pedagógico o objetivo é trabalhar consciência fonêmica, a alfabetização, a leitura e a escrita de forma que a criança experimente “ir além”, ultrapassar seus próprios limites e adquirir autonomia na aprendizagem. Além de, estimular que tenha contato com os mais diferentes tipos de texto, com diferentes tipos de letras, experimentem situações de leitura e escrita que são comuns no ambiente doméstico e escolar, entre eles: lista de compras, receitas, bilhetes, convites de aniversário, regras de jogos e demais tipos de textos. Proporcionar contato com situações de leitura, fruição e produção de textos como contos, poemas, quadrinhos, fábulas, narrativas entre outros. Desenvolver estratégias de fala e escuta, estimular as crianças a escutar, prestar atenção e comentar. Criar com as crianças jogos pedagógicos envolvendo figuras, letras, vogais, consoantes, sílabas, sinônimos, antônimos, ortografia, rimas, acentuação, pontuação, dígrafos, palavras com correspondências regulares contextuais entre grafemas e fonemas – c/qu; g/gu; r/rr; s/ss; o (e não u) e (e não i) em sílaba átona em final de palavra – e com marcas de nasalidade (til, m, n), concordância nominal e concordância verbal, utilizando materiais recicláveis que serão durante as oficinas, exceto xerox de jogos prontos. - <u>público alvo</u>: alunos do 1º ao 5º ano;



Município de Antônio Prado
Secretaria Municipal da Administração

		- <u>metodologia</u>: aulas expositivas dialogadas; leituras orientadas; trabalhos em grupos; entrevistas com pessoas; discussões e debates dirigidos; observações da realidade; tarefas de assimilação do conhecimento adquirido; confecção e execução de jogos. - <u>carga horária</u>: cada oficina será de 1h semanal por turma. Serão 5 turmas, ou seja, a carga horária total será de 5h semanais, mais 1h mensal para reunião pedagógica na escola; - <u>carga horária total</u>: 207 horas; - <u>turmas</u>: 5 turmas, com até 20 participantes cada turma; - <u>local</u>: Escola Municipal de Ensino Fundamental Nossa Senhora Aparecida; - <u>período de execução</u>: a partir da homologação da licitação até o final do ano letivo em dezembro de 2024, respeitando o Calendário Escolar; - <u>tópicos das aulas</u>: - consciência fonêmica; - alfabetização; - leitura; - escrita. - <u>critérios de avaliação para a permanência na entrega do serviço</u>: - assiduidade, pontualidade e bom relacionamento; - articulação do conhecimento das oficinas com o currículo da Escola e a Base Nacional Comum Curricular - BNCC; - mobilidade às demandas da Escola; - entrega de planejamento inicial articulado ao Projeto Político Pedagógico da Escola, até 30 de abril de 2024. - deverão ser promovidas pelo menos duas apresentações públicas, incluídas na carga horária total da oficina, visando a integração social e cultural dos alunos atendidos no Turno Integral.
06	06	OFICINA DE RACIOCÍNIO LÓGICO MATEMÁTICO E ROBÓTICA – deverão ser ministradas aulas que contemplem o letramento matemático assegurar aos alunos reconhecerem que os conhecimentos matemáticos são fundamentais para a compreensão e a atuação no mundo, bem como perceber o caráter de jogo intelectual da matemática, como aspecto que favorece o desenvolvimento do raciocínio lógico e crítico, estimulando a investigação e podendo ser prazeroso. Trabalhar com o lúdico no ensino de matemática para, conseqüentemente, obter um resultado positivo com relação ao aprendizado das crianças, pelo brincar, com a intenção de melhorar o raciocínio lógico do aluno de forma divertida e criativa. Essa oficina propiciará que o aluno descubra e entenda que a matemática pode ir além dos cálculos e das fórmulas. Trabalhar a contagem de maneira exata ou aproximada, utilizando diferentes estratégias como o pareamento e outros agrupamentos, Estimar e comparar quantidades de objetos de dois conjuntos (no mínimo 20 elementos), por estimativa e/ ou por correspondência (um a uma, dois a dois) para indicar “tem mais”, “tem menos” ou “tem a mesma quantidade”. Construir fatos básicos da adição e da subtração e utilizá-los em procedimentos de cálculos mentais, escritos e para a resolução de problemas. Organizar e ordenar objetos do cotidiano ou representações por figuras, por meio de atributos, tais como cor, forma e medida. Descrever a localização de pessoas e de objetos no espaço em relação à sua própria posição e segundo um dado ponto de referência, utilizando termos como à direita, à esquerda, em frente, atrás, em cima, em baixo. Reconhecer e relacionar períodos do dia, dias da semana e



Município de Antônio Prado
Secretaria Municipal da Administração

	meses do ano, utilizando calendário, quando necessário. Ler dados expressos em tabelas e em gráficos de colunas simples. Contar a quantidade de objetos de coleções e apresentar o resultado por registros verbais e simbólicos, em situações de seu interesse, como jogos, brincadeiras, materiais da sala de aula, entre outros. Comparar números naturais de até duas ordens em situações cotidianas, com e sem suporte da reta numérica. Resolver e elaborar situações problema de adição e subtração, com significados de juntar, acrescentar, separar e retirar, com o suporte de imagens e/ou material manipulável, utilizando estratégias e formas de registro pessoais. Produzir a escrita de uma data, apresentando o dia, o mês e o ano, e indicar o dia da semana de uma data, consultando calendários. Deverão ser trabalhadas nas oficinas aulas de Robótica para despertar, nos alunos, o interesse pela tecnologia, a confecção de jogos pedagógicos e brincadeiras relacionadas ao assunto em questão. - <u>público alvo</u>: alunos do 1º ao 5º ano; - <u>metodologia</u>: aulas dinâmicas, usando o Chromebook e programas e aplicativos de programação como scratch ou pictoblox, instigando a criatividade, a capacidade de raciocínio lógico e a concentração. Introduzir e ampliar o conhecimento sobre robótica, elaborando construções, levantando e testando hipóteses, aguçando a curiosidade, trabalhando com a resolução de problemas e estimulando a criatividade e a inventividade, a partir de um trabalho colaborativo entre equipes. - <u>carga horária</u>: cada oficina será de 1h semanal por turma. Serão 5 turmas, ou seja, a carga horária total será de 5h semanais, mais 1h mensal para reunião pedagógica na escola; - <u>carga horária total</u>: 207 horas; - <u>turmas</u>: 5 turmas, com até 20 participantes cada turma; - <u>local</u>: Escola Municipal de Ensino Fundamental Nossa Senhora Aparecida; - <u>período de execução</u>: a partir da homologação da licitação até o final do ano letivo em dezembro de 2024, respeitando o Calendário Escolar; - <u>tópicos das aulas</u>: - números e operações; - formas geométricas; - medidas; - interpretação de dados; - estudo de variação; - raciocínio lógico; - robótica; - informática educativa; - maker. - <u>critérios de avaliação para a permanência na entrega do serviço</u>: - assiduidade, pontualidade e bom relacionamento; - articulação do conhecimento das oficinas com o currículo da Escola e a Base Nacional Comum Curricular - BNCC; - mobilidade às demandas da Escola; - entrega de planejamento inicial articulado ao Projeto Político Pedagógico da Escola, até 30 de abril de 2024; - deverão ser promovidas pelo menos duas apresentações públicas, incluídas na carga horária total da oficina, visando a integração social e cultural dos alunos atendidos no Turno Integral.
--	---



Município de Antônio Prado
Secretaria Municipal da Administração

07	07	OFICINA DE TEATRO – deverão ser ministradas aulas que utilizem o teatro por meio de jogos dramáticos para fortalecer a relação entre os participantes e seu entorno escolar. - Encenar uma peça teatral com o intuito de vivenciar as partes que compõem uma peça teatral, fortalecendo assim o trabalho em equipe. Objetivos Específicos: - Utilizar a pedagogia teatral priorizando a vocação humana dos indivíduos por sobre a vocação artística-teatral. - Privilegiar o processo de aprendizado por sobre o resultado final. - Respeitar a natureza e possibilidades objetivas dos participantes segundo sua etapa de desenvolvimento, estimulando seus interesses e capacidades individuais e coletivas num clima de livre expressão. - <u>público alvo</u>: alunos de 11 a 16 anos, no máximo 30 alunos por turma; - <u>metodologia</u>: serão aulas teórico/práticas onde serão experimentados jogos teatrais e dramáticos e aulas expositivas relacionando os conteúdos as distintas linhas do pensamento teatral; - <u>carga horária</u>: : 3 horas semanais, sendo 1h 30min na Escola Municipal de ensino Fundamental João XXIII e 1h 30min na Escola Municipal de Ensino Fundamental Nossa Senhora Aparecida; - <u>carga horária total</u>: 122 horas anuais; - <u>local</u>: Escola Municipal de Ensino Fundamental Nossa Senhora Aparecida e Escola Municipal de Ensino Fundamental João XXIII; - <u>período de execução</u>: a partir da homologação da licitação até o final do ano letivo em dezembro de 2024, respeitando o Calendário Escolar; - <u>tópicos das aulas</u>: - jogo teatral; - exercícios corporais que coloquem o participante em contato com seu próprio corpo e suas possibilidades; - voz e corpo como técnicas teatrais; - texto e montagem teatral; - materiais utilizados em aula; - metodologia. - deverão ser promovidas pelo menos duas apresentações públicas, incluídas na carga horária total da oficina, visando a integração social e cultural dos alunos. - <u>critérios de avaliação para a permanência na entrega do serviço</u>: - assiduidade, pontualidade e relacionamento; - mobilidade às demandas das Escolas; - deverá ser promovida pelo menos uma apresentação pública, incluída na carga horária total da oficina, visando a integração social e cultural dos alunos atendidos nas Oficinas.
08	08	OFICINA DE MUSICALIZAÇÃO EDUCAÇÃO INFANTIL – deverão ser ministradas aulas de musicalização com visão progressiva desde os dois anos até os cinco anos de idade. O início do trabalho musical deverá contemplar a socialização, respeitando as necessidades de cada faixa etária a ser trabalhada. As músicas utilizadas deverão ser são específicas para o trabalho em dupla ou em grupo. Em seguida deverão ser utilizadas músicas para desenvolver diversas aptidões da criança como: atenção, memória, cognição, concentração, percussão corporal e movimento. Sempre utilizando músicas específicas para executar a atividade proposta. Os instrumentos utilizados, serão para desenvolver musicalidade da



Município de Antônio Prado
Secretaria Municipal da Administração

		criança trabalhando; tempo, ritmo, compasso, altura do som, intensidade do som, duração do som, melodia e a prática em grupo. - <u>público alvo</u>: alunos da Educação Infantil (2 a 5 anos) das Escolas Municipais de Ensino Fundamental João XXIII, Casa de Nazaré e Criança Feliz; - <u>metodologia</u>: o eixo de ensino é através da ludicidade, assim como os materiais usados em aula, aulas práticas e atividades em grupo; - <u>carga horária</u>: 6 horas semanais, sendo 1h na Escola Municipal de Ensino Fundamental João XXIII, 1h30min na Escola Municipal de Educação Infantil Criança Feliz e 3h30min da Escola Municipal de Educação Infantil Casa de Nazaré; - <u>carga horária total</u>: 492 horas anuais; - <u>turmas</u>: serão 7 turmas, na Escola Municipal de Educação Infantil Casa de Nazaré, 3 turmas na Escola Municipal de Educação Infantil Criança Feliz e 2 turmas na Escola Municipal de Ensino Fundamental João XXIII; - <u>local</u>: Escola Municipal de Educação Infantil Casa de Nazaré, Escola Municipal de Educação Infantil Criança Feliz e Escola Municipal de Ensino Fundamental João XXIII; - <u>período de execução</u>: a partir da homologação da licitação até o final do ano letivo em dezembro de 2024, respeitando o Calendário Escolar; - <u>tópicos das aulas</u>: - sensibilização às propriedades do som (altura, duração, timbre e intensidade) e aos elementos que compõem a música (melodia, harmonia e ritmo); - exploração sonora; - expressão e percussão corporal; - canto; - jogos musicais; - materiais usados em aula; - deverão ser promovidas pelo menos duas apresentações públicas, incluídas na carga horária total da oficina, visando a integração social e cultural dos alunos atendidos no contraturno. - <u>critérios de avaliação para a permanência na entrega do serviço</u>: - assiduidade, pontualidade e relacionamento; - mobilidade às demandas das Escolas; - deverão ser promovidas pelo menos duas apresentações públicas, incluídas na carga horária total da oficina, visando a integração social e cultural dos alunos atendidos na Educação Infantil.
09	09	OFICINA DE MUSICALIZAÇÃO E ARTE – deverão ser ministradas aulas de musicalização lúdica com visão pedagógica de arte e educação para os alunos da Educação Infantil da Escola Municipal de Ensino Fundamental Nossa Senhora Aparecida, articuladas ao Projeto Político Pedagógico, com foco em um repertório que contemple a faixa etária dos alunos e a diversidade cultural brasileira. A fim de contemplar o trabalho que já é desenvolvido nos anos seguintes da escola, com visão artística pedagógica voltada para a criatividade. - <u>público alvo</u>: alunos da Educação Infantil (4 e 5 anos) da Escola Municipal de Ensino Fundamental Nossa Senhora Aparecida; - <u>metodologia</u>: breve exposição teórica, aulas práticas e trabalho em grupo; - <u>carga horária</u>: cada oficina será de 1h semanal por turma. Serão 3 turmas da Escola Municipal de Ensino Fundamental Nossa Senhora Aparecida, sendo



Município de Antônio Prado
Secretaria Municipal da Administração

		que cada hora aula, será de 30min, a partir da assinatura do contrato até dezembro de 2024, respeitando o Calendário Escolar; - <u>carga horária total</u>: 74 horas anuais; - <u>turmas</u>: 3 turmas; - <u>local</u>: Escola Municipal de Ensino Fundamental Nossa Senhora Aparecida; - <u>período de execução</u>: a partir da homologação da licitação até o final do ano letivo em dezembro de 2024, respeitando o Calendário Escolar; - <u>tópicos das aulas</u>: - sensibilização às propriedades do som (altura, duração, timbre e intensidade) e aos elementos que compõem a música (melodia, harmonia e ritmo); - exploração sonora; - expressão e percussão corporal; - canto; - jogos musicais; - deverão ser promovidas pelo menos duas apresentações públicas, incluídas na carga horária total da oficina, visando a integração social e cultural dos alunos atendidos no contraturno. - <u>critérios de avaliação para a permanência na entrega do serviço</u>: - assiduidade, pontualidade e bom relacionamento; - articulação do conhecimento das oficinas com o currículo da Escola e a Base Nacional Comum Curricular – BNCC; - mobilidade às demandas da Escola; - entrega de planejamento inicial articulado ao Projeto Político Pedagógico da Escola, até 30 de abril de 2024; - deverão ser promovidas pelo menos duas apresentações públicas, incluídas na carga horária total da oficina, visando a integração social e cultural dos alunos atendidos.
10	10	OFICINAS SOCIOEDUCATIVAS DE MUSICALIZAÇÃO PARA USUÁRIOS DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES – comunicar-se e relacionar-se de maneira para atender ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) para crianças e adolescentes de 06 (seis) a 17 (dezessete) anos, objetivando promover a convivência, a formação para a participação e cidadania, o desenvolvimento do protagonismo e da autonomia, a partir dos interesses, das demandas e das potencialidades dos usuários. As intervenções deverão ser pautadas em experiências lúdicas e culturais como formas de expressão, interação, aprendizagem, sociabilidade e proteção social, conforme prevê a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009), propiciando aos usuários outros olhares e outras percepções de mundo. - <u>modalidade</u>: coletivo, com até 20 participantes; - <u>faixa etária</u>: 06 a 17 anos; - <u>duração</u>: 1h30min por semana, sendo realizada uma vez por semana; - <u>período</u>: 10 meses; - <u>carga horária total</u>: 60 horas/aula; - <u>local</u>: CRAS Dorvalino Afonso de Nalle; - <u>dia da semana</u>: sexta-feira; - <u>turno</u>: tarde. - <u>resumo das atribuições</u>:



Município de Antônio Prado
Secretaria Municipal da Administração

		- as oficinas de música deverão ter como princípio básico potencializar as habilidades já existentes em cada indivíduo, dentre elas: concentração, memorização, atenção, socialização, ritmo e percepção e desenvolvimento dos sentidos. Deverão também auxiliar no desenvolvimento de habilidades ao manusear e tocar instrumentos, dentre os quais: xilofones, instrumentos de percussão (tambores em geral) e ukulele; - ao final do período contratado a contratante deverá ter realizado 60 horas, sendo estas distribuídas em 40 encontros semanais, nas sextas-feiras, com duração de 1 hora e 30 minutos cada; - na execução do serviço contratado, a contratada deverá disponibilizar mensalmente lista de presença dos participantes com conteúdo ministrado e relatório de atividades; - a contratada deverá acompanhar os participantes durante as apresentações locais em eventos e em visitas institucionais; - a contratada deverá realizar encontros mensais com técnico de referência do CRAS Dorvalino De Nalle; - a contratada deverá realizar encontros semestrais com os pais e/ou responsáveis; - a contratada deverá disponibilizar certificado de conclusão aos usuários que frequentarem o mínimo de 75%.
--	--	--

1.7. Das responsabilidades da CONTRATADA

1.7.1. A CONTRATADA compromete-se a executar fielmente o objeto contratado em conformidade com as disposições do ETP, do Contrato, do Edital e seus Anexos e de acordo com a proposta apresentada, verificando e atendendo aos seus critérios de qualidade.

2 – DO GESTOR E DO FISCAL DO CONTRATO

2.1. A gestão do contrato, lotes 01 a 09, ficará a cargo da Secretaria Municipal de Educação Cultura e Desporto e, lote 10, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania.

2.2. A fiscalização dos lotes 01 a 09 será realizada pelos servidores Marilene Rizzi e Edson Luiz Carra e do lote 10 pelas servidoras Simone Damin e Cristiane Marisa Donazzolo.

2.3. A gestão e a fiscalização do contrato deverá seguir o determinado no Decreto Municipal nº 789/2016.

3 – DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. As despesas decorrentes desta contratação correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
Unidade Orçamentária: 02 – Gastos Constitucionais na Educação
Projeto/Atividade: 2046 – Manutenção da Educação Infantil Pré-escola
Elemento de Despesa: 3.3.90.39.05.00.00 – Serviços Técnicos Profissionais (2586)

Unidade Orçamentária: 03 – Gastos com recursos do FUNDEB
Projeto/Atividade: 2049 – Manutenção do Ensino Fundamental – FUNDEB



Município de Antônio Prado
Secretaria Municipal da Administração

Elemento de Despesa: 3.3.90.39.05.00.00 – Serviços Técnicos Profissionais (2703)

Órgão: 09 – SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA

Unidade Orçamentária: 02 – Fundo da Assistência Social

Projeto atividade: 2060 – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV

Elemento de Despesa: 3.3.90.39.05.00.00 – Serviços Técnicos Profissionais (4573)

4 – DA SUBCONTRATAÇÃO E DO CONSÓRCIO

4.1. É vedada a subcontratação ou transferência total ou parcial do objeto deste contrato.

4.2. É vedada a participação de empresas reunidas em consórcio para o objeto aqui contratado, conforme definido no Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência.

5 – DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

5.1. Para o acompanhamento, fiscalização e recebimento do objeto deste contrato, o CONTRATANTE designa servidor nomeado por Portaria, que fará o recebimento nos termos do artigo 140, I, "a" e "b", da Lei Federal nº 14.133/2021, da seguinte forma:

a) provisoriamente, em até 5 (cinco) dias consecutivos a contar da entrega do objeto, para efeito de posterior verificação da conformidade com o solicitado;

b) definitivamente, com a emissão do respectivo termo de recebimento, após a verificação da qualidade, características e quantidades do objeto e consequente aceitação, no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos contados após o recebimento provisório.

b.1) na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.2. A fiscalização deverá seguir as normas estabelecidas neste Contrato e no Edital que o precedeu.

5.3. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do Contrato.

5.4. Todo e qualquer fornecimento e/ou prestação dos serviços, fora do estabelecido neste contrato será, imediatamente, notificada a CONTRATADA, que ficará obrigada a adequá-los no prazo estipulado pelo Fiscal, ficando entendido que correrão por sua conta e risco tais adequações, sujeitando-se, também, às sanções previstas neste contrato.

6 – DAS OBRIGAÇÕES

6.1. Do CONTRATANTE:

a) receber, fiscalizar, orientar, contestar, dirimir dúvidas emergentes da execução do objeto;

b) receber o objeto e lavrar termo de recebimento provisório. Se o objeto não estiver de acordo com as especificações do CONTRATANTE, rejeitá-lo, no todo ou em parte. Do



Município de Antônio Prado
Secretaria Municipal da Administração

contrário, após a análise de compatibilidade entre o registrado e o efetivamente entregue, será lavrado o termo de recebimento definitivo;

c) comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

d) efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao objeto, no prazo e forma estabelecidos no contrato;

e) o CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6.2. Da CONTRATADA:

a) cumprir todas as obrigações constantes neste contrato, no edital e seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda;

b) proceder à entrega do objeto no prazo e local fixados, acompanhado da respectiva nota fiscal;

c) considerar os preços propostos completos e suficientes para o fornecimento e/ou prestação dos serviços, sendo desconsiderada qualquer reivindicação de pagamento adicional devido ao erro ou à má interpretação de parte da CONTRATADA;

d) arcar com os encargos previdenciários, fiscais (ICMS e outros), comerciais, trabalhistas, tributários, itens, embalagens, tarifas, fretes, seguros, descarga, transporte, material, responsabilidade civil e outros resultantes do contrato, bem como os riscos atinentes à atividade, inclusive quaisquer despesas que venham a incidir sobre o objeto deste contrato;

e) entende-se por encargos os tributos (impostos, taxas), contribuições fiscais e parafiscais, os instituídos por leis sociais, emolumentos, fornecimento de mão de obra especializada, administração, lucros, equipamentos e ferramental, transporte de material e de pessoal, estada, hospedagem, alimentação e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada neste contrato;

f) indenizar terceiros e o CONTRATANTE os possíveis prejuízos ou danos, decorrentes de dolo ou culpa, durante o contrato, em conformidade com o artigo 120, da Lei Federal nº 14.133/2021;

g) arcar com todas as despesas necessárias à execução do objeto;

h) cumprir fielmente o Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas;

i) substituir o objeto (avariado ou em desacordo) no prazo estabelecido neste contrato, ou não sendo possível, indenizar o valor correspondente acrescido de perdas e danos, mediante toda e qualquer impugnação feita pelo CONTRATANTE;

j) prestar informações sobre a utilização do objeto;



Município de Antônio Prado
Secretaria Municipal da Administração

- k)** manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, durante toda a execução do Contrato em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- l)** responder pela qualidade, quantidade, validade, segurança e demais características do objeto, bem como a observação às normas técnicas;
- m)** informar ao setor financeiro da Secretaria requisitante, durante o período de vigência do Contrato, qualquer alteração de endereço, telefone, correio eletrônico (e-mail) ou outros dados.

7 – DO ATENDIMENTO AO DISPOSTO NA LEI FEDERAL Nº 13.709/2018 (LGPD) – LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

7.1. A CONTRATADA fica obrigada a:

- a)** cumprir as solicitações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);
- b)** cumprir com o estabelecido pelo CONTRATANTE para o tratamento de dados e dentro das finalidades necessárias ao cumprimento do objeto;
- c)** guardar o mais absoluto sigilo sobre os dados pessoais que lhes forem confiados por força da execução do contrato, estendendo tal obrigação a eventuais empregados, assumindo a responsabilidade e as consequências advindas da sua divulgação não autorizada ou utilização indevida, inclusive cível e penal;
- d)** não utilizar os dados obtidos por meio desse ajuste para finalidade diversa;
- e)** notificar o CONTRATANTE em caso de vazamento de dados que conduza à destruição, perda, alteração ou divulgação não autorizada de dados, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contadas da descoberta da referida violação;
- f)** fornecer informações úteis ao CONTRATANTE sobre a natureza e âmbito dos Dados Pessoais possivelmente afetados e as medidas corretivas tomadas ou planejadas;
- g)** implementar medidas corretivas a fim de impedir violações e a fim de limitar o seu impacto sobre os titulares de dados, na medida do possível.

8 – DO REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO

8.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de 12 (doze) meses contados da data da proposta.

8.2. Após o intervalo de 12 (doze) meses, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, da média dos índices IPCA e IGPM, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.2.1. O reajuste deverá ser pleiteado, protocolizando-o no Departamento de Compras e Licitações, até o término do contrato ou até a data da prorrogação contratual subsequente, sendo que, se não for de forma tempestiva, haverá a preclusão do direito ao reajuste.

8.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de 12 (doze) meses será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.



Município de Antônio Prado
Secretaria Municipal da Administração

- 8.4.** No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.
- 8.5.** Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 8.6.** Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 8.7.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 8.8.** O reajuste ou a repactuação de preços previstos no próprio contrato serão realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo.